



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Biblioteca Mario Henrique Simonsen

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO**

MARIA HELENA PEREIRA DE MELO

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E
DESEMPENHO DO PROFESSOR

FBV
200
PRETO

Rio de Janeiro, 1977

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

E

DESEMPENHO DO PROFESSOR

Maria Helena Pereira de Melo

82

Tese submetida como requisito
parcial para a obtenção do
grau de mestre em Educação.

Rio de Janeiro

Fundação Getúlio Vargas

Instituto de Estudos Avançados em Educação

Departamento de Administração de Sistemas Educativos

1 9 7 7

II

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	VI
APRESENTAÇÃO.....	IX
AGRADECIMENTOS.....	XI
1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICO-EDUCACIONAL.....	1
1.1. - Introdução.....	1
1.2. - Caracterização da Assistência Técnica e Financeira.....	2
1.2.1. - Objetivos.....	3
1.2.2. - Modalidades.....	4
1.2.2.1. - De natureza técnica.....	4
1.2.2.2. - De natureza Financeira.....	5
1.3. - Agências de Assistência Técnica e Financeira.....	6
1.3.1. - A UNESCO.....	8
1.3.2. - O INEP.....	11
1.4. - Dimensões da Assistência Técnica....	16
1.4.1. - Pedagógica.....	19
1.4.2. - Financeira.....	23
1.4.3. - Estrutural.....	24
1.5. - Experiência da Assistência Técnica - no Estado do Maranhão.....	25
1.5.1. - Tentativas Anteriores.....	25
1.5.1.1. - Quanto à Assistência Recebida.	26
1.5.1.2. - Quanto à Assistência Prestada.	3

1.5.2. - O Projeto em estudo...	37
2 - O PROBLEMA.....	40
2.1. - Outros Enfoques do Problema.....	40
2.2. - Histórico do Problema.....	44
2.3. - Principais Conceitos.....	48
2.4. - Variáveis Independentes.....	50
2.4.1. - Formação como Profissional de Ensino.....	50
2.4.2. - Situação como Profissional de Ensino.....	56
2.4.3. - Nível Sócio-Econômico do Professor.....	58
2.4.4. - Curso de Treinamento (Projeto de Assistência Técnica).....	59
HIPÓTESE A VERIFICAR.....	62
MATERIAL E MÉTODO.....	64
4.1. - Método de Pesquisa Adotado.....	64
4.2. - Nomenclatura usada.....	66
4.3. - Tentativa de Comparar Desempenho do Professor.....	66
4.4. - Descrição Geral do Método.....	68
4.4.1. - Uso de dados primários e secundários.....	69
4.4.2. - Elaboração e Especificação dos Instrumentos.....	70
4.4.3. - Determinação de Indicadores e Classificação.....	73
4.4.4. - Aplicação dos Instrumentos....	76
4.4.5. - Computação e Tratamento Estatístico.....	77

5 - ANÁLISE DOS RESULTADOS E VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE..	78
5.1. - Aspectos Gerais dos Municípios.....	78
5.1.1. - Localização.....	78
5.1.2. - Posição Geográfica.....	78
5.1.3. - Posição Territorial.....	79
5.1.4. - Posição Regional.....	79
5.1.5. - Situação Demográfica.....	80
5.1.6. - Climatologia.....	81
5.1.7. - Transportes.....	81
5.1.8. - Atividades Econômicas.....	84
5.1.9. - Aspectos Educacionais.....	85
5.1.10.- Aspectos Culturais.....	86
5.1.11.- Evolução Histórica dos Municípios.	87
5.2. - Verificação da Hipótese básica.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	101
RECOMENDAÇÕES.....	103
TABELAS.....	106
ANEXOS.....	127
SUMMARY.....	164
BIBLIOGRAFIA.....	165

LISTA DE TABELAS

TABELA Nº 1

Área geográfica, população e densidade demográfica dos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 2

Distribuição percentual segundo localização das populações dos municípios de Carolina e Imperatriz - 1974.

TABELA Nº 3

Valor da produção agropecuária por classes de atividades nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 4

Valor da produção da agricultura por principais produtos nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 5

Valor da produção da pecuária por principais ramos nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 6

Valor da produção do extrativismo vegetal por principais produtos nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 7

Número de indústria por classe de atividades nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 8

Número de estabelecimentos comerciais por principais ramos nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 9

Número de estabelecimentos por principais ramos de atividades nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972

TABELA Nº 10

Valor da receita arrecada nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1971 a 1973.

TABELA Nº 11

Valor da despesa dos municípios de Carolina e Imperatriz - 1971 a 1973.

TABELA Nº 12

Unidades escolares de ensino primário segundo dependência administrativa e localização nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1973.

TABELA Nº 13

Número de habitantes e fontes de recreação e cultura nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 14

Bibliotecas em funcionamento e número de leitores segundo a dependência administrativa nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 15

Número de profissionais de nível superior nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 16

Número de habitantes por profissional de nível superior nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

TABELA Nº 17

Nível Sócio-Econômico dos Informantes.

TABELA Nº 18

Formação Profissional dos Informantes.

TABELA Nº 19

Situação Profissional dos Informantes.

TABELA Nº 20

Desempenho Profissional dos Informantes.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi elaborado com base na Pesquisa realizada em 1974, no Estado do Maranhão, municípios de Imperatriz e Carolina, abrangendo todos os professores das quatro primeiras séries do 1º Grau da Rede Oficial do Estado.

Tal Pesquisa objetivou verificar o Desempenho do Professor Envolvido no Projeto de Assistência Técnico-Educacional, assim como o do não Envolvido.

Após a aplicação do Instrumento que permitiu verificar a variável - Desempenho do Professor - relacionaram-se os resultados obtidos, considerando-se como variáveis independentes:

- Formação como Profissional de Ensino
- Situação como Profissional de Ensino
- Nível Sócio-Econômico do Professor
- Curso de Treinamento (Projeto de Assistência Técnica)

Espera-se que este Estudo venha a fornecer subsídios para novas pesquisas nesse campo, que possibilitarão a implantação do Projeto de Assistência Técnico-Educacional nos demais Municípios do Estado, com

maior probabilidade de êxito.

Nas Recomendações sugere-se à Coordenação do Projeto o estabelecimento de mecanismos de Planejamento Controle e Acompanhamento que permitam um processo contínuo de Avaliação, possibilitando reformulações que favoreçam o seu aperfeiçoamento gradativo.

AGRADECIMENTOS

Quero, neste momento, expressar agradecimentos a todos os que, direta ou indiretamente, deram sua parcela de contribuição no decorrer da tarefa a que me propus.

Ao CNP (Conselho Nacional de Pesquisa) , cujo auxílio financeiro possibilitou, em parte, a realização desta Pesquisa.

Ao Governo do Estado do Maranhão que, no período de agosto de 1972 a dezembro de 1974, possibilitou as condições necessárias para frequência ao Curso de Mestrado em Educação - Administração de Sistemas Educacionais.

Ao Professor Paulo Roberto Mendonça Motta , Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, pela orientação segura no desenvolvimento da presente Pesquisa.

Também, deixo minha palavra de gratidão aos Professores do Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, na pessoa de Maria Julieta Costa Calazans, então Coordenadora do Instituto, pelo espírito renovador imposto com sua presença.

1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICO-EDUCACIONAL

1.1. - Introdução

Diante da evolução mundial que vem se processando nas últimas décadas, a educação é vista como um fator de desenvolvimento e progresso e como um direito universal do homem.

O acesso mais amplo à educação, no entanto, não é suficiente para que ela seja verdadeiramente democrática. É necessário haver igualdade de oportunidades e, portanto, deve ela ser adaptada às características dos diferentes grupos sociais.

A educação para todos é ainda uma aspiração e não uma realidade, devido ao acesso limitado a um grupo pequeno de indivíduos.

Quanto mais aumenta a diversificação dos tipos de educação, mais imperativa se torna a necessidade de uma experiência educacional comum a todos, ou pelo menos qualitativamente igual para todos.

A política educacional, antes limitada a alguns princípios gerais, tende agora a integrar seus objetivos aos meios sócio-econômico e cultural.

No sentido de atender satisfatoriamente às exigências das estruturas sociais e desempenhar de maneira eficiente o papel que cabe à educação no desenvolvi -

mento social, fontes de assistência foram criadas para atender a essas exigências, que dificilmente poderiam ser atendidas sem cooperação de organizações especializadas.

As cooperações oferecidas se apresentam sob dife - rentes aspectos:

- Assistência Técnica;
- Assistência Financeira; e
- Assistência Técnica e Financeira.

1.2. - Caracterização da Assistência Técnica e Fi - nanceira

Compreende-se por Assistência Técnica e Financeira, o estudo, a adequação, a introdução de técnicas e con - cessão de recursos que possam conduzir à elevação dos ' padrões das atividades e, conseqüentemente, dos produ - tos da área e setor assistidos, bem como do processamen to dentro de critérios de maior rentabilidade.

O conteúdo da Assistência Técnica e Financeira, no campo da Educação, compreende:

- conhecimentos tecnológicos específicos, sob a forma de técnicas e concepções voltadas para a expansão e melhoria do ensino ou dirigidas para a mo- dernização de gestão de sistemas educacionais.
- recursos financeiros que permitam viabilizar a implantação das técnicas e concepções aludidas.

A Assistência Técnica e Financeira se desenvolve através de ações planejadas, executadas e controladas de comum acordo com as esferas envolvidas, por intermédio de um contexto organizacional-institucional, e se efetua em determinado espaço geográfico e horizonte temporal. Essa Assistência se concretiza a través de um processo de comunicação entre as esferas que prestam Assistência e as que recebem.

Essa referência nos permite compreender que de fato a Assistência não pode ser visualizada apenas como uma transmissão de técnica, concepções ou meios financeiros, mas, também, como um processo que busca a mudança comportamental nas esferas receptoras, permitindo-lhe uma participação ativa no processo de desenvolvimento.

1.2.1. - Objetivos

O Objetivo da Assistência Técnica consiste em produzir mudanças que minimizem e/ou eliminem a desigualdade entre as esferas: tanto na qualidade do processo e diversidade das atividades quanto na qualidade e quantidade dos resultados.

Desse modo, a Assistência pressupõe a mudança de hábitos, atitudes, valores e normas de uma para outra esfera.

1.2.2. - Modalidades

A política de Assistência Técnica e Financeira proporcionando eficácia e efetividade no processo de desenvolvimento educacional, oferece variadas maneiras de acionar a sua cooperação:

1.2.2.1. - De natureza Técnica

- estudos em nível universitário, com duração de um ano, em uma Universidade categorizada;
- visitas de grupos de estudantes à países desenvolvidos, geralmente no prazo de trinta dias;
- estágio para Professores de ensino de 1º e 2º Graus a fim de observarem e estudarem a organização e administração das escolas dos graus correspondentes em estruturas atualizadas, sob o ponto de vista pedagógico e administrativo;
- viagens para Técnicos que desejam realizar conferências em Universidades fora do país de origem, pelo prazo de um semestre ou durante o curso de verão;
- investigações avançadas dentro de suas especializações, em Universidades de

países mais desenvolvidos, feitas por profissionais graduados;

- treinamento profissional e aquisição de experiência, durante quatro a seis meses, onde possam ser oferecidos maiores subsídios que visem ao aperfeiçoamento de habilidades técnicas e profissionais;
- envio de técnicos para assessorar na execução de programas nacionais de mão-de obra;
- realização de projetos especiais: organização de seminários, preparação de manuais ou programas de pesquisas;
- criação de centro de formação profissional e de ensino técnico;
- intercâmbio científico e cultural.

1.2.2.2. - De natureza Financeira

Oferecida por meio de empréstimos e subvenções, reembolsáveis, ou não, visando, de modo geral a:

- preparação e produção de livros, textos e outros materiais de ensino;
- ampliação das escolas destinadas a treinamento vocacional;

- melhoria dos centros de formação de professores;
- elaboração de projetos para avaliação de recursos utilizáveis, a curto prazo, que contribuam para o desenvolvimento do país.

1.3. - Agências de Assistência Técnica e Finan - ceira

A partir do término da segunda Guerra Mundial , proliferaram as agências de Assistência Técnica e/ou Financeira, criadas no sentido de auxiliar os países em reconstrução e as nações subdesenvolvidas de modo a acelerar o seu processo de crescimento.

A multiplicação dessas fontes de Assistência foi de tal ordem que algumas delas permanecem ainda desconhecidas no Brasil, país que somente a partir das últimas décadas tem-se preocupado com o aspecto tecnológico, imprescindível para a evolução de todos os setores da atividade humana.

No "Repertório de la Asistencia Técnica y Financiera para la Educación en América Latina", editado sob a responsabilidade da Unión Panamericana, encontra-se publicada uma relação de Agências que concedem Assistência Técnica e/ou Financeira à Educação.

1/

1/ BRASIL. Escritório de Pesquisas Aplicadas. MINIPIAN.
Rio de Janeiro, 1965.

A divulgação dessa relação - mesmo sem alusão a maiores detalhes das operações de Assistência - visa, sobretudo a propiciar às Universidades e Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, professores e alunos, a possibilidade de buscarem os auxílios que julgarem necessários para seu aperfeiçoamento e o consequente reforço do capital humano.

Com a finalidade de cooperar com as entidades nacionais que operam no campo educacional, sejam públicas ou privadas, o Setor de Desenvolvimento Social do Escritório de Pesquisa Econômica e Aplicada (EPEA), do então Ministério do Planejamento da Presidência da República, publica, no mesmo caderno, uma adaptação do "Repertório", já citado anteriormente.

Dentre as agências destinadas à Assistência Técnica e/ou Financeira para a Educação, destacam-se:

- os Governos, que não restringem cooperação à sua Região, mas extrapolam-na para outras Regiões;
- as Organizações Internacionais, representadas pelas Nações Unidas e Agências Especializadas, Organismos Internacionais não Governamentais;
- os Centros Regionais, as Fundações, as Corporações, as Universidades e as Empresas Privadas vinculadas ao Commerce Committee for the

Aliance for Progress - COMAP.

Das agências de Assistência Técnica e Financeira ressaltam-se, em âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e em âmbito nacional o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), pelo relevante trabalho desenvolvido na área da As sistência Técnica.

1.3.1. - A UNESCO

A assistência da UNESCO é concedida com prioridade aos países menos desenvolvidos e aos países que estão preparando e pondo em execução reformas educacionais básicas, orientadas sobretudo para a melhoria da educação dos grupos menos favorecidos social e economicamente.

Desse modo, a UNESCO se esforçará para estimular e orientar as atividades empreendidas pelos Estados - Membros, identificando as lacunas a serem cobertas pela ação internacional, principalmente as que se referem às necessidades específicas dos países em desenvolvimento.

Dessas necessidades ressalte-se o número considerável de professores, que a grande maioria dos países ainda precisa, apesar dos esforços realizados nos últimos dez anos.

Para tanto, no que diz respeito ao ensino de 1º Grau, para se atingir a meta de escolarização universal em 1985 na Ásia, na África e na América Latina, seria preciso contar com mais de 12 milhões de professores, ou seja, 3 milhões a mais que atualmente.

Considerando-se o total das necessidades potenciais do mundo, o número de professores a formar na próxima década é estimado em mais de 4 milhões, destinados em sua maioria aos países menos desenvolvidos. 2/

É pois de se esperar que, nos próximos anos, a crise de formação de pessoal, que já é aguda nos países em desenvolvimento, persista e até se agrave nas regiões em que a expansão demográfica e o rápido aumento das matrículas nas escolas de 1º Grau acarretarão maior demanda de professores de todos os níveis.

Outra característica das transformações atuais é o aparecimento de sistemas de educação que empregam os serviços de diversos tipos de educadores especializados, como professores de tempo parcial com experiência nos campos da produção e da administração. Essa tendência justifica-se pela maior aber-

2/ CORREIO DA UNESCO. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, v.1,n.1, jan. 1973.

tura da educação à sociedade.

Além disso, o emprego de técnicas especiais, como o rádio, a televisão e outros sistemas audiovisuais, torna indispensável a participação de técnicos e até de engenheiros, que assim contribuem para a educação.

A formação recebida pelos professores reflete-se no ensino que dispensam, cujos efeitos serão sentidos na vida profissional dos alunos, - "a qualidade dos adultos de princípios do século XXI dependerá dos professores formados nos próximos anos".

Em matéria de formação de educadores, a UNESCO se orienta por três princípios básicos:

- assegurar a formação de pessoal, - função significativa nas inovações educacionais;
- promover a formulação de políticas e planos integrados, para a formação permanente de todos os tipos de educadores;
- comparar as experiências práticas da formação de professores do ponto de vista das reformas educacionais, realizadas em diferentes países.

Esses princípios concorrerão para orientar os Programas de Assistência Técnica e Financeira da UNESCO, com a finalidade de atender a formação e necessidade de melhor qualificação dos educadores.

1.3.2. - O INEP

A criação do INEP data de 1936, pelo Ministro Gustavo Capanema, que estabeleceu o projeto de reorganização do MEC, o qual previa em sua estrutura o então Instituto Nacional de Pedagogia.

Mas, só em 1938, foi estabelecida a sua organização, alterado o nome para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

As funções específicas do Instituto eram:

- organizar a documentação vigente sobre as doutrinas e técnicas pedagógicas e divulgar-la junto às instituições e pessoas vinculadas à área educacional.
- promover inquéritos e pesquisas sobre as assuntos educacionais e divulgação das mesmas a ôrgãos competentes;
- prestar Assistência Técnica aos serviços educacionais (estaduais, municipais e particulares), através do esclarecimento sobre os problemas educacionais;

- manter intercâmbio com instituições educacionais no país e no exterior.

Desde a criação, a dificuldade principal do INEP reside na escassez de pessoal para atender a todas as solicitações e necessidades de pesquisa e Assistência Técnica. E é fácil perceber que mesmo a médio prazo não se poderá contar com um suprimento direto de técnicos para essas funções.

A Unidade de Assistência Técnica de um dos órgãos do INEP, Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE), promotora de cursos, estágios e seminários, foi praticamente anulada, em vista da falta de recursos humanos. 3/

O desenvolvimento já alcançado por algumas instituições no país e fora do país poderia constituir uma fonte adicional de ajuda, através da intensificação da assistência técnica indireta (estágios, seminários operacionais, consultorias, etc) e da ampliação do intercâmbio, nos moldes do que vem sendo realizado com outras instituições.

O Setor Educação do Centro Nacional de Recursos Humanos, preocupado com os rumos que poderia tomar como o enfraquecimento e virtual desaparecimento do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, es-

3/ MONTESINOS, Francisco J. Carrilo & COELHO, Maria Salete Machado. Relatório Técnico nº 24: abordagem analítico-descritiva do INEP. Rio de Janeiro' [s.ed.], 1976.

tabeleceu subsídios para uma nova Política e Programação para ativar o INPE. 4/

Por ocasião dessa proposta para reestruturação do INEP, Dr. Samuel Levy assim se expressa: "Este Informe Técnico constituye una etapa más en el desarrollo de nuestras tareas en este sector, que tienen como objetivo, en estrecha relación con el INEP/MEC, la reorganización del Sistema Nacional de Investigaciones Sócio-Educativas, para apoyar la reforma y el desarrollo continuo de la educación en el Brasil.

Tenemos la certeza de que la alternativa aquí presentada para la reestructuración del INEP, que está sustentada en trabajos y acciones concretas relevantes, constituirá un importante apoyo técnico complementario para la implementación de las metas establecidas en torno de la redefinición de la órgano coordinador a nivel nacional.

En el resultado de una etapa más que sometemos a la consideración de los niveles de decisión y personal técnico directamente implicados en la búsqueda de una mayor sistematización administra

4/ GUSO, Divonzir Arthur. Sistema Nacional de Pesquisas Educacionais; subsídios para formulação de política e programação. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1976.

tiva y en una modernización del INEP, en concordancia con las nuevas exigências". 5/

Na proposta de Organograma para o INEP encontram-se subordinadas à Direção Executiva, três Coordenações: de Planejamento, de Assistência Técnica e de Documentação e Informação.

A Coordenação de Assistência Técnica se ria composta de quatro grupos: 6/

- Recursos Humanos
- Articulação
- Assistência Técnica
- Capacitação e Formação

Esta Coordenação, com o apoio da Coordenação de Documentação e Informação, desenvolveria em estreito contacto com os serviços pertinentes do MEC, tarefas de Assistência Técnica através de núcleos descentralizados. Por exemplo:

5/ MONTESINOS, Francisco J. Carrilo & COELHO, Maria Salete Machado. Informe Técnico nº 29: bases operativas para la redefinición del INEP. Rio de Janeiro [s. ed.] 1976.

6/ Utilizaram a palavra "Grupo" em lugar de Unidade, para maior flexibilidade a proposta, cuja concretização levará em conta uma série de aspectos referentes ao pessoal técnico (número, qualidade, especialidade, etc.), podendo ainda serem absorvidos diversos grupos em uma Unidade.

- promovendo cursos e seminários para treinamento;
- capacitando ou formando pesquisadores;
- prestando assistência direta , quando requisitada, no momento da elaboração de um Projeto de Pesquisa;
- auxiliando na reformulação dos Projetos;
- sugerindo, se for o caso, a regionalização de um Projeto com base em anti-projetos convergentes e complementares.

Também, organizaria, em coordenação com a Documentação e Informação, o apoio logístico como : instrução na preparação de dossiês, informações básicas sobre projetos de pesquisa análogos, relacionamento entre autores, definição estratégica para introduzir projetos sobre inovações com referência a distribuição geográfica (equidade e efeitos multiplicadores).

Essa assistência será oferecida através das seguintes modalidades:

- treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para o exercício de funções administrativas, técnicas e docentes;
- assessoria ou consultoria na elaboração e execução de planos, programas e projetos;
- supervisão, acompanhamento e assistência propriamente dita.

1.4. - Dimensões da Assistência Técnica

O procedimento da Assistência Técnica se caracteriza pela interferência na dimensão pedagógica como uma resultante da dinamização de um modelo de comunicação, onde se acrescentam as possíveis mudanças de comportamento da aprendizagem. Desse modo, o aspecto pedagógico não ocorre apenas no plano interpessoal ,

mas também, nas relações entre as esferas governamentais.

No Setor Educacional Brasileiro, a Assistência Técnica deve estar presente nos contatos entre o Governo Federal e Estadual, através de treinamentos para funções docentes, assessoria e consultorias.

De acordo com o Art. 57 da Lei nº 5.692/71, o MEC tem obrigação de prestar Assistência Técnica aos sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios.

Através das atuais esferas administrativas regionais, estaduais e municipais, seria o agente promotor para o estabelecimento paulatino da "Rede - Suporte". Em uma ordem de prioridades simultâneas, para uma primeira etapa, suas conexões seriam estabelecidas através das Universidades, das Secretarias de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação. 7/ (Estas tarefas se desenvolveriam em articulação com o INEP).

7/ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria Geral. I Encontro de Secretários de Educação, Presidentes de Conselhos de Educação e Reitores. Porto Alegre, 1975.

1.4.1. - Pedagógica

No campo educacional a Assistência Técnica visa à transmissão de conhecimentos sob a forma de técnicas e concepções que produzam uma melhor execução e aperfeiçoamento dos resultados do Sistema Educacional em termos de rentabilidade.

O MEC refletiu, então, sobre a necessidade de que essa assistência fosse proporcionada de modo sistemático, estabelecendo uma programação em consonância com os preceitos legais e com a política de educação nacional. 8/

Em cada Unidade da Federação são elaborados Planos Operacionais específicos, os quais deverão definir, equacionar e delimitar a Assistência Técnica e Financeira a ser prestada nessas Unidades.

Tendo em vista a necessidade de uma realimentação anual, as metas dos Projetos de Assistência Técnica são estabelecidas para exercícios não muito distantes. Dessa necessidade de avaliação constante, para que a margem de erro dos Projetos seja minimizada, decorre uma outra - a de que todos os interessados na Educação Nacional colaborem nessa

8/ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria Geral. I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974), Brasília, MEC, Departamento de Documentação e Divulgação.

realimentação, que se pretende frequente e eficaz.

- Acredita-se que uma Assistência Técnica, com objetivos bem formulados e precisos, prestada de forma eficiente e fundamentada numa linguagem comum a todos os educadores, possa colaborar com os sistemas na consecução dos objetivos da Educação Nacional.

A Assistência Técnica internaliza uma série de procedimentos técnicos e de conceituações e acompanha sua adoção e utilização regular pela esfera assistida. A Assistência desta natureza tem-se voltado para a incorporação do planejamento como atividade normal das esferas receptoras. Com base no planejamento, podem-se fazer válidas observações quanto à Assistência Técnica.

O Planejamento, visto atualmente, é compreendido de modo sistêmico, opondo-se que seja considerado um simples conjunto de técnicas, sequenciadas e repetidas, conforme uma rotina. Os objetivos, as diretrizes, as metas de um lado, e a execução, o controle, a avaliação de outro, só podem ser cumpridas inteiramente conhecendo a estrutura do contexto. Caso contrário, o Planejamento não passa de um mero exercício de "elaboração de Planos", chegando ao descrédito naquilo que pretende ser inovador.

Nos momentos iniciais, - sob a modalidade de treinamento - e nos que se sucedem, acompanhamento ou assistência -, deverá a Assistência Técnica

ca conter a transmissão de um instrumental que seja visto pelo receptor como objeto de uso e não como constituindo um valor em si mesmo. Se esse instrumental não for compreendido ou apropriado pelos que vão usá-lo, torna-se totalmente obscuro e até mesmo desorientador. Simultaneamente, com o instrumental específico deverão ser estabelecidas diretrizes de pensamento a fim de capacitar aqueles que trabalham a nível local, fazendo com que reflitam sobre suas realidades, que devem ser vistas de modo bem operacional.

É imprescindível observar os obstáculos que poderão antepor-se ao sucesso dessa internalização: a questão dos valores e a do direcionamento pedagógico. A primeira, diz respeito à atitude do emissor (por exemplo, da esfera federal), obrigando a tipificar o receptor (o Estado) e a segunda, diz respeito à redução de "casos especiais" ao mínimo, padronizando, assim, as modalidades de Assistência Técnica.

A esfera local procura realçar sua especificidade, negando-se a absorver uma tipologia geral. A universalidade, o centro, tende a ser transferido para o conteúdo instrumental a ser transmitido, isto é, para os procedimentos que poderão ser incapazes de apreender as especificidades locais. Estas condições podem levar a resultados extremos: uma aceitação subserviente do instrumental, o que pode significar não usá-lo efetivamente, ou o que em última estância significa o mesmo: o ritual sem observar as realidades locais (assistidas) que são bem complexas para serem vistas superficialmente.

A posição entre as esferas envolvidas produz condições gerais e frequentes de relacionamento' diretivo que acontecem no sistema de ensino. Admite-se então, que exista neste sistema uma relação de desigualdade entre aquele que possui o conhecimento e os que se pressupõem que não o possuam. O relacionamento institucional já mencionado, a distância cultural da zona rural em relação à capital do Estado, reforçam as condições anteriormente citadas. Também, pode conduzir a uma desvalorização das realidades locais ocasionando o uso inapropriado e a falta de liberdade dos próprios instrumentos.

A tarefa pedagógica pode ser analisada por dois ângulos: institucional e pedagógico propriamente dito.

Quanto ao ângulo institucional, no caso específico da Educação, significa a soma de esforços para haver um equilíbrio entre as esferas envolvidas, numa posição menos desigual, considerando a especificidade e a disponibilidade para avaliar e criticar o instrumental transmitido.

No que se refere ao aspecto pedagógico, existem várias experiências com o objetivo de obter uma maior participação dos treinandos. De qualquer forma, é preciso, para melhor efetividade, que os representantes das esferas assistidas, ao frequentarem os treinamentos, compareçam com razoável e sistemático conhecimento de suas realidades.

Além do treinamento, o processo pedagógico ocorre como assessoria e supervisão, devendo se rem combinados entre si e efetivados entre: a Secretaria e Órgãos Regionais, Secretaria e Município, Órgãos Regionais e Municípios, e Municípios entre si.

1.4.2. - Financeira

No campo da Educação, a Assistência Financeira se reporta a suporte orçamentário, destinado à produção ou aplicação de conhecimentos específicos na esfera governamental assistida.

Os recursos referidos são os seguintes:

- financiamento direto para despesas de capital e de custeio;
- financiamento indireto para despesas com assistência aos educandos e tarefas que contribuem para o fortalecimento de a poio técnico e administrativo.

Na Assistência Técnica Financeira, torna-se imprescindível a utilização desses recursos em conformidade com a legislação e normas aplicáveis.

A aplicação dos recursos advindos do Ministério da Educação e Cultura, traduzida em termos de Assistência Financeira aos Estados, vem-se pautando pela aplicação prioritária em despesas de capital. Recentemente, voltou a ser admitida, dentro de al

guns programas e projetos do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, a aplicação em despesas de custeio, como o pagamento de salário de professores.

A aplicabilidade de recursos, no quadro de Assistência prestada aos Estados e aos Municípios, começou a ser definida em termos prioritários, ainda de forma gradativa.

A utilização dos recursos se constitui um problema, principalmente quando se trata de melhoria de educação ou qualificação técnica, e isso não implica no acréscimo de salas de aula. Para melhor aplicabilidade dos recursos, os objetivos têm que ser formulados para proporcionar resposta conclusiva, pautada na seleção de prioridades. Podemos exemplificar da seguinte forma: se o objetivo é que a esfera assistida se torne auto-sustentada, após determinado prazo, a preparação do quadro funcional é mais significativa que a construção de salas de aula. Convém ressaltar que esta preparação não deve ser apenas um treinamento, mas um trabalho de maior sustentáculo, isto é, uma preparação que signifique realmente uma qualificação profissional.

1.4.3. - Estrutural

A Assistência Técnica e Financeira visa, primordialmente, a incorporar o conhecimento: suas técnicas e concepções aos sistemas de ensino. A incorporação, porém, muitas vezes, sofre bloqueios no interior da organização receptora, que está incluída no segmento das Administrações.

Por outro lado, para sanar tais dificuldades, urge que haja políticas favoráveis: não só à compreensão, mas, sobretudo, ao apoio à mudança que se objetiva à Assistência Financeira.

A Assistência Técnica e Financeira envolve, por conseguinte, ações de efeitos expressivos na estrutura e nos padrões das organizações administrativas.

É óbvio que a introdução de um novo segmento em uma estrutura organizacional traz notadamente repercussões internas e externas. Mesmo em uma estrutura como a de Prefeituras de pequeno porte, quaisquer modificações no setor educacional passam a demandar maior apoio administrativo, ação lógica na execução de tarefas internas e, ainda, apoio da comunidade nas suas ações, no que concerne a material e pessoal.

As transformações que advêm de um novo segmento, podem ter efeitos favoráveis quanto à melhoria de condições de trabalho, treinamentos aos seus integrantes, possibilitando um crescimento em termos profissionais. O que se espera realmente é que quaisquer alterações em um setor, que passem aos demais, não o façam de forma a criar obstáculos, barreiras que dificultem o prosseguimento do trabalho.

1.5. - Experiência da Assistência Técnica no Estado do Maranhão

1.5.1. - Tentativas Anteriores

1.5.1.1. - Quanto à Assistência
Recebida

Não é possível determinar a data em que a Secretaria de Educação do Estado recebeu pela primeira vez Assistência Técnica. Tem-se conhecimento que na década de cinquenta o Ministério da Educação e Cultura, através do INEP, prestou Assistência ao Estado:

- construindo e equipando uma Escola de Artes Industriais em São Luís;
- construindo escolas isoladas, escolas agrupadas, escolas integradas na zona rural e grupos escolares na zona urbana;
- distribuindo material escolar e didático.

Na década de sessenta, a Secretaria de Educação recebeu Assistência:

- de programas diversos do MEC que preocupado com a qualidade do processo ensino-aprendizagem, passou a oferecer:
 - cursos para Formação de Professores e Supervisores;
 - instalação e equipamento de Centros de Supervisão;

- bolsas de estudo para que professores participassem de cursos fora do Estado;
- envio de equipe do PATE, 9/ para atuar junto à Secretaria de Educação;
- especificamente, do Plano Nacional de Educação que, com a finalidade de aumentar o atendimento da população escolar de 7 a 11 anos, prestou - Assistência Técnica - Financeira, considerando tanto o aspecto físico quanto o ensino-aprendizagem através de:

9/ PATE - Programa de Assistência Técnica em Educação que teve sua origem no ano de 1963, quando a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo a ele destinou parcela das verbas concedidas pelo Governo, segundo o "O Programa de Emergência do MEC". O Planejamento e a execução do Programa estiveram afetos ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" e à própria Secretaria.

O objetivo principal do Programa foi o de transferir para os Estados do Norte e Nordeste um grupo de professores paulistas que colaborasse com as autoridades estaduais em trabalhos de aperfeiçoamento do Magistério primário, principalmente de professores leigos.

- construção e adaptação de prédios escolares;
- treinamento e aperfeiçoamento de professores e especialis - tas em educação;
- aquisição de material didáti - co;
- remuneração de professores;
- especificamente, do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério ' Primário - PAMP:
 - suplementando o salário de especialistas em educação;
 - treinando e habilitando pro - fessores leigos;
- do convênio SUDENE/MEC/USAID ' através de:
 - construção de prédios escola - res;
 - equipamento para Centros de Supervisão e Escolas do então curso primário;
 - treinamento para especialis - tas em educação, como adminis - tradores escolares;

- montagem de assessorias técnicas;
- elaboração de diagnóstico e prognóstico educacionais;
- construção, equipamento e manutenção de um Centro de Treinamento no Interior do Estado.

A elaboração dos planos, acompanhamento e avaliação das atividades originadas do Convênio : SUDENE/MEC/USAID ficavam a cargo da Comissão Executiva do Plano Educacional do Maranhão - CEPLEMA, criada para suprir a deficiência da atual estrutura da Secretaria, que não dispunha de um órgão de planejamento responsável por atividades de programação e orçamentação.

Dessa atuação resultou:

- melhor conhecimento dos problemas educacionais de forma estruturada e sistematizada, para conseqüente tomada de decisões;
- início das atividades de planejamento educacional no Estado;
- maior qualificação do trabalho escolar , através de assistência mais efetiva.

Ainda com recursos internacionais, - Con -

vênio MEC/USAID - o Estado coordenou, através da Comissão do Livro Didático, a distribuição de livros didáticos e técnicos em todas as escolas das redes pública e privada.

A SUDENE e o Departamento de Ensino Fundamental do MEC, preocupados com a inexistência de um sistema de planejamento estadual, prestaram Assistência Técnica e Financeira, (Através da Agência para o Desenvolvimento Internacional - Convênio USAID / BRASIL - Programa SUBIM/MEC), incentivando a criação e dinamização de uma Assessoria de Planejamento Educacional. No início, as atividades dessa Assessoria envolviam o Conselho Estadual de Educação, como responsável pela tarefa de planejamento e coordenação do Grupo de Trabalho, que fora constituído para montar e estruturar o órgão proposto.

Mesmo depois de efetivada a Assessoria de Planejamento, nenhuma ênfase foi dada à avaliação sistemática das Assistências recebidas. As atividades se restringiam à elaboração de Planos de Aplicação que seguiam rigorosamente as Sistemáticas Operacionais determinadas pelos Órgãos emissores de Assistência.

A ausência de uma avaliação fez com que nunca se conhecesse a influência desses programas no Sistema Estadual de Educação.

Justifica-se tal afirmação com os depoimentos dos ex-Secretários de Educação, a seguir:

Segundo o Cel José Sales de Andrade Souza' - Secretário de Educação e Cultura no período de 1966 a 1967, os Programas de Assistência Técnica no Estado do Maranhão pouco resultado ofereceram ao processo ensino-aprendizagem, apontando como motivos:

- inexistência de diagnóstico educacional;
- pouca objetividade e funcionalidade dos programas de Assistência Técnica;
- precaridade e ausência de sistematização de levantamentos estatísticos;
- deficiência de infra-estrutura da zona rural, dificultando o alojamento de docentes e supervisores;
- dificuldades de acesso aos Municípios e carência de meios de comunicação, o que ocasionava a existência, à época, de professores que não recebiam qualquer correspondência da Secretaria de Educação há mais de vinte anos;
- onerosos encargos financeiros, para um Estado de baixa renda, como o Maranhão, exigidos pelos Programas de Assistência Técnica com financiamento internacional;
- pouca participação da família no trabalho escolar, tornando-se o poder público

- o único responsável pela educação;
- excessiva centralização das atividades administrativas e educacionais pela Secretaria;
- defasado sistema de avaliação contribuindo, em grande parte, para a retenção do aluno nos então ensinos primário e médio;
- distribuição de recursos destinados a programas de Assistência Técnica Nacional, através de indicadores favoráveis às Unidades da Federação de maior expressão econômica.

Além dessas dificuldades, admitiu que os Programas de Assistência Técnico-Educacional tiveram como objetivo o "fazer por fazer". A grande preocupação era preparar o técnico para atividades técnicas distanciadas da realidade maranhense, uma vez que eram conhecidas as peculiaridades regionais e consideradas as necessidades das comunidades.

O Professor José Maria Cabral Marques - Secretário de Educação e Cultura - no período de 1967 a 1970 fez a seguinte colocação:

A programação de Assistência Técnica das instituições promotoras foi feita independentemente da programação das instituições assistidas. Obedeceu a outros critérios e às finalidades programáticas das instituições. Daí o fato de, muitas vezes, essa Assistência Técnica ser prestada sem atender aos critérios de prioridade no tempo oportuno e do tipo desejado pela instituição beneficiada.

Os programas de Assistência Técnica das diversas instituições prestadoras não tiveram uma única coordenação a nível nacional ou regional pelo MEC ou

pelos órgãos encarregados de desenvolvimento regional (SUDENE e SUDAM). Por isso, nem tudo resultou em compatibilização, integração de atividades, soma de esforços e acumulação de resultados.

Em balanço geral, os resultados, apresentados por esses programas, foram válidos, embora nem sempre correspondessem às necessidades mais urgentes.

Disse ainda textualmente:

"Se retornasse à Pasta de Educação, a minha primeira providência, em relação aos programas de Assistência Técnica, seria a formação de um grupo de trabalho, com as finalidades:

- estudar e analisar o que foi executado em função dos programas;
- estudar e analisar o que não foi executado em função dos programas;
- estudar e analisar o que deveria ser executado em função das necessidades do órgão beneficiado;
- elaborar planos, programas e projetos de Assistência Técnica a serem negociados com as instituições prestadoras e/ou patrocinadoras.

Uma vez tomadas estas medidas, aceitaríamos os programas desde que compatíveis com as nossas prioridades ".

1.5.1.2. - Quanto à Assistência Prestada.

A Assistência Técnica no Maranhão - foi institucionalizada através da Lei nº 2.071 de 29.12.60, que criou o Fundo Estadual do Ensino Primário

rio com a finalidade de concorrer para a ampliação, o aperfeiçoamento, a difusão e a acessibilidade do sistema de ensino dos graus primário e médio em todo o Estado.

Posteriormente, esse Fundo, através da Lei nº 2.557, de 24.02.1965, foi denominado Fundo Estadual de Educação, conservando as mesmas características do primeiro.

Os recursos do Fundo eram oriundos de dividendos das ações pertencentes, ou que viessem a pertencer ao Estado, das Instituições:

- Rede Ferroviária S.A.;
- Petróleo Brasileiro S.A.;
- Banco do Estado do Maranhão S.A.;
- Bancos ou Cooperativas pertencentes ao Estado.

Contava o F.E.E., ainda, com recursos oriundos de:

- produto de arrecadação de toda a Dívida Ativa do Estado, dos exercícios anteriores a 1960;
- juros bancários de depósitos de dinheiro do Estado, não vinculados por qualquer título;

- renda proveniente dos tributos estaduais, que para esse fim viessem a ser criados;
- dotação orçamentária;
- auxílios do Governo da União;
- juros de depósitos bancários do próprio Fundo.

Aplicava-se, do montante arrecadado, parte para a manutenção da rede escolar estadual, e parte para entidades municipais e privadas, visando a promover a difusão e aperfeiçoamento do ensino, inclusive a melhoria do aparelhamento escolar.

Para receber esta Assistência Financeira, os Municípios e as entidades privadas apresentavam solicitação acompanhada de Plano de Aplicação, o qual era submetido à apreciação do Conselho Administrativo do F.E.E. e aprovação do Governador do Estado.

Com a promulgação da Lei nº 4.024/61, a aprovação dos Planos passou a ser da competência dos Conselhos Estaduais de Educação verificando-se, durante longo espaço de tempo, a existência de dois colegiados com a mesma finalidade.

Pouco se sabe a respeito dessa Assistência porque o F.E.E. mais se preocupava com a apre -

sentação da documentação comprobatória da aplicação dos recursos em tempo hábil do que com a Assistência propriamente dita.

Parte dos recursos era destinada à manutenção do ensino das instituições beneficiadas, principalmente na área privada.

A Assistência à rede municipal era para construção, equipamento, e a manutenção era feita com professores da rede estadual. Não havia contrapartida de qualquer natureza: quantitativa ou qualitativa, nem mesmo um acompanhamento do trabalho escolar.

Mais tarde, o Fundo passou a adotar critérios mais rígidos - reduzindo essa Assistência em virtude de abusos por parte das instituições beneficiadas, passando a haver um acompanhamento pelos inspetores, no que concerne à construção e aquisição de material. A qualificação do trabalho do professor era mensurada através da participação em treinamentos oferecidos pela Secretaria de Educação.

Mesmo com novo tratamento, mas do ponto de vista da administração dos recursos, a Assistência Técnica Educacional prestada, durante esta fase, não foi vista como um elemento constitutivo do trabalho educacional. O período de duração das Instituições variava entre um a cinco anos consecutivos ou alternados.

Atualmente, as atividades de Assistência Técnica com recursos do F.E.E. se restringem à distribuição de bolsas de estudos para alunos de 1º Grau, de baixo nível econômico, que não obtiveram matrícula na rede oficial.

Na década de setenta o Programa de Assistência Técnica sofreu nova orientação com base na política econômica do Estado.

Passou, desse modo, a constar da Programação Educacional do Estado. Além de se preocupar com a parte física da educação: construção, manutenção de classe e equipamento - dando prioridade à Municípios com carência comprovada - deu maior ênfase aos aspectos administrativo e pedagógico.

1.5.2. - O Projeto em Estudo

O Governo do Estado do Maranhão, considerando a problemática com que se defrontava o poder municipal, estabeleceu no seu Plano de Ação - período de 1971/74 - o Projeto de Institucionalização das Atividades de Assistência Técnico - Educacional às Prefeituras Municipais. Integrante do Subprograma Reforma e Integração do Sistema Educacional do Estado, visava a não somente suprir as deficiências da Rede Municipal, como a integrar o Sistema Educativo numa ação programada, no sentido de evitar a duplicidade de esforços e pulverização de recursos. Com financia

mento da SUDENE/DRH, através do Programa de Assistência Financeira às Secretarias de Educação, do Nordeste, tal projeto atingiria todo o Estado, implantando-se inicialmente, nas Regiões - polos de desenvolvimento.

No primeiro ano, além da SUDENE (Cr\$..... 61.675,00), o projeto também teve a participação de recursos do FNDE/72 (Cr\$ 41.080,00) e Salário Educação, quota Estadual (Cr\$ 22.870,00)

Para iniciar a implantação, foi selecionada, na 10.^a Micro-Região homogênea (Classificação do IBGE para o Estado do Maranhão), o município de Imperatriz, por ser o que mais crescia econômica e demograficamente, monopolizando todas as atividades produtivas.

A execução do Projeto de Assistência Técnica foi determinada por três atividades básicas:

- implantação da Secretaria Municipal de Educação;
- supervisão pedagógica destinada ao professor da rede oficial do Estado e executada através de curso de treinamento, aperfeiçoamento e acompanhamento das atividades de classe no decorrer do ano letivo;
- diagnóstico educacional do Município.

No que diz respeito à implantação da Secretaria Municipal de Educação, ela ensejaria maior integração da Rede Municipal com a Estadual, com vistas à melhor utilização de recursos.

Dentre outros objetivos que o projeto visou a atingir para consecução da segunda atividade básica e que interessou ao presente estudo, destacou-se o treinamento de 60%, em média, dos professores de 1.^a à 4.^a séries do 1º Grau, com exercício no citado município.

Quanto ao treinamento, ele ofereceria à clientela orientação relativa a técnicas de ensino e comportamento do professor face aos princípios da moderna didática.

Quanto ao diagnóstico educacional do Município, teve por base o Diagnóstico Institucional das Prefeituras dos Municípios da Região - Programa de Imperatriz. Este, voltado mais minuciosamente para os aspectos econômicos - administrativos, relegou o setor educacional a segundo plano.

No decorrer da presente Pesquisa a Assistência Técnico-Educacional foi considerada apenas em uma de suas atividades básicas, isto é, Curso de Treinamento.

2 - O PROBLEMA

Após a implantação do Projeto de Assistência Técnico-Educacional na 10.^a Micro-Região Homogênea (classificação - IBGE - Estado do Maranhão) os responsáveis pelo Sistema Educacional do Maranhão preocuparam-se em saber se ele realmente influenciou no Desempenho do Professor.

Para que se obtivesse um conhecimento detalhado da situação questionada, tornou-se necessária uma análise objetiva e concreta do "Desempenho do Professor Envolvido".

Essa necessidade de análise foi a maior motivação que nos levou a realizar a presente Pesquisa, que ensejaria uma expansão mais segura e eficaz da experiência a todo o Estado do Maranhão.

2.1. - Outros Enfoques do Problema

Examinando as alternativas para analisar o Desempenho do Professor, Biddle e Rosecranz concluíram que a primeira delas é a que enfatiza sua experiência e formação profissional. Neste caso, a melhor forma de se conhecer seu desempenho seria uma análise de sua experiência prévia e de seu aproveitamento em curso de formação e/ou treinamento.

A segunda evidenciaria uma análise dos trabalhos de personalidade realizada através de testes psicológicos e que seria um estudo na linha da psicologia.

Outra alternativa seria a que focalizasse o contexto sócio-econômico em que está inserido o professor, considerado, também, como um aspecto complementar para o estudo do seu desempenho.

Segundo os autores, essas abordagens apresentam algumas dificuldades.

Em primeiro lugar, a dimensão temporal que incluem é muito ampla, na medida em que, tanto a experiência quanto as características de personalidade são fatores inerentes à duração de vida do professor, desde a infância ou, pelo menos, desde o início de sua formação profissional. Em segundo plano, elas pressupõem que exista uma relação unívoca entre experiência ou personalidade com o desempenho, de forma perfeitamente estável e predizível.

E, por último, focaliza o contexto específico no qual o desempenho se manifesta, ignorando que no pequeno mundo da interação social nem esse desempenho nem o meio ambiente são realmente estáveis.

Essas dificuldades vêm mostrar que, no estágio em que se encontra o sistema de ensino, o Desempenho do Professor deveria ser abordado do ponto de vista comportamental, entendendo-o como a habilidade

de se conduzir de modo específico, numa situação social, a fim de produzir efeitos empiricamente demonstrados e aprovados dentro do contexto no qual funciona.

Para Goldberg, toda avaliação em educação implica em decisão a respeito do valor dos objetivos educacionais que se pretendem atingir e que são expressos por mudanças comportamentais estáveis a serem produzidas no aluno. Neste sentido, o Desempenho do Professor deve ser entendido não apenas em termos de eficiência - produzir resultados de aprendizagem no aluno, - mas em termos de eficácia - produzir resultados considerados socialmente valiosos.

Isso implica em que a avaliação também deve realizar-se com base em dados relativos às variáveis processuais do ensino-aprendizagem, e não só a partir de variáveis preditivas ou antecedentes do professor como foi considerada neste estudo.

O desenvolvimento de procedimentos para observação do Desempenho do Professor insere-se numa área de pesquisa que se preocupa com as características e os atos do professor e seus efeitos sobre os resultados educacionais do ensino em sala de aula.

Segundo Flanders e Simon uma revisão do estudo teórico do problema comportamental do profes

sor implica em considerar aspectos mais amplos do que o estritamente relativo aos diversos procedimentos de observação já construídos e utilizados. Sugere, desse modo, uma outra categoria de estudo que descreveria e avaliaria o ensino de maneira geral.

Não se examinaram, nesta Pesquisa, as alternativas para conhecer o Desempenho do Professor apontadas por Biddle e Rosencranz, encerradas em si próprias: elas foram consideradas como variáveis influenciadoras.

A variável Desempenho do Professor não foi abordada como processo "ensino-aprendizagem", pois , com certeza, penetrar-se-ia em um aspecto bem complexo e difícil de delimitar, por envolver valores. Enfatizou-se o desempenho na linha dos trabalhos desenvolvidos por Barr, enfocada a seguir, que, apesar de criticada, ainda é bastante utilizada.

Para verificar o Desempenho do Professor , considerou-se a afirmação de William F. Cunningham : "Quanto menos elevado o ensino ministrado pelo professor, mais importante será o seu conhecimento de método e menos importante o seu domínio da matéria". 10/

10/ CUNNINGHAM, William F. - Introdução à Educação .
Porto Alegre, Globo, 1975.

Deste modo, se explica por que a variável dependente - Desempenho do Professor - foi abordada' sob a conceituação atrás, isto é, "como" o professor conduz a aprendizagem e o "que" faz ao interagir com os alunos em sala de aula:

- quanto ao volume de informações recebidas através dos mais variados meios de comunicação de massa;
- quanto à absorção pessoal da filosofia' da Escola; e
- no que diz respeito àquilo em que acredita como processo educativo;

Ver-se-á adiante que os aspectos considerados para análise do Desempenho do Professor são os mesmos levados em conta para a abordagem do curso de treinamento do Projeto de Assistência Técnica.

2.2. - Histórico do Problema

No fim do século passado, Meddley, tentando diagnosticar as características do "bom" professor, realizou os primeiros estudos sobre o seu desempenho.

Esse trabalho, embora criticado por alguns autores, ainda é focalizado em muitos estudos desenvolvidos em pesquisas educacionais.

A metodologia empregada por Meddey destacou-se por solicitar, de alunos e especialistas em educação, uma descrição sobre o que seria um "bom" professor. Foram empregados, nesse estudo, levantamentos de traços e escalas de avaliação, na tentativa de se obter um consenso sobre o que caracteriza o "bom" e "mau" professor. Esses trabalhos, entretanto, apresentaram-se carentes em resultados consistentes da realidade a ser disgnosticada, dificultando o estabelecimento de critérios válidos. Verificou-se que essa linha de pesquisa se preocupou apenas em levantar dados referentes ao Desempenho do Professor e não em relacioná-lo com algum critério de rendimento do aluno, como bem explicitam os estudos realizados por Rosenshine e Furst.

A subjetividade dos instrumentos empregados para avaliar o Desempenho do Professor constituiu motivo de preocupação para Barr, levando-o, por volta de 1930, a realizar os primeiros estudos sobre a pesquisa sistemática do ensino, com o objetivo de oferecer nova abordagem para o problema. Propôs que a diferenciação entre o professor eficiente e o não eficiente fosse estabelecida em termos mais objetivos, por meio de descrições das atividades nas quais estivesse engajados, sem se preocupar em determinar como o docente desempenha suas atividades, mas o que ele desempenha. Acreditava Barr ser possível estabelecer diferença entre o identificado como "bom" e o identificado como "mau".

Embora os resultados obtidos não tivessem apresentado diferenças significativas, sua contribuição metodológica apontava uma direção bem mais produtiva para a pesquisa - descrição específica e objetiva do que deveria ser levado em conta - e não apenas a is-

de opiniões expressas em listas de traços ou escalas de avaliação.

Paralelo ao estudo de Barr, Meddey iniciou, na década de vinte, a observação do comportamento do aluno.

A metodologia de observação foi desenvolvida e muitos dos problemas relativos à precisão de coleta de dados levantados. Constituindo a Escola um local propício para realizar-se a observação sistemática do comportamento do discente, os trabalhos se realizaram no contexto da sala de aula, de forma que a observação se fizesse também com relação à importância dada à interação do aluno com o professor

A intensificação do interesse pela observação do comportamento em sala de aula somente se verificou na década de cinquenta, quando foi abordado o processo de avaliação do ensino e do mestre.

E, na medida em que o ensino é uma situação de interação, os primeiros estudos desse tipo já se preocuparam explícita e/ou implicitamente com a interação professor - aluno. Eles foram realizados por Jayre e Anderson seguidos por Withall, Flanders, Cornell, Lindwal, Saupe, Hughers, Meddey e Mitzel (Meddey 1972).

A utilização de instrumentos organizados e agrupados em categorias para observar o comportamento do professor e do aluno em sala constituiu a principal inovação desses estudos. Embora relacionados entre si, cada um desses comportamentos deveria ser observado e registrado separadamente.

Para observação do comportamento em sala de aula, grande número de instrumentos foram utilizados de 1950 até os dias atuais, e estruturada toda uma metodologia para registro, coleta e tratamento estatístico dos dados que investigaram os efeitos da liderança democrática, autoritária "laissez faire" em grupos de adolescentes. Os trabalhos de Lippit e White foram de grande importância para a definição de variáveis relativas ao estilo de liderança do professor, que são determinantes do padrão de interação.

Retornando ao paradigma de pesquisa proposto por Resenshine e Furst, observou-se a incidência de procedimentos descritivos que objetivam a identificar variáveis relativas ao professor, constatando-se, desse modo, que o progresso na área da pesquisa sobre o ensino tem sido considerável. O mesmo não se pode, contudo, afirmar quanto à correlação e controle dessas variáveis com resultados produzidos no aluno.

Neste breve histórico é possível identificar dois tipos de dificuldades que são interdependentes e que têm tornado mais lenta a passagem da etapa descritiva para a etapa correlacional e experimental: a de ordem conceitual, diz respeito à validade de um

critério a partir do qual seja julgado o desempenho do Professor; e a que se refere ao como medir ou observar, a fim de garantir a confiabilidade dos resultados.

Uma antologia organizada por Anita Simon e E. Gil Bayer (1973), incluiu um total de 73 instrumentos de observação de comportamento , dos quais 68 podem ser utilizados em situação de ensino ou foram especialmente planejados para este uso.

Resta ainda mencionar uma outra fonte de contribuição para a observação da interação professor - aluno: os estudos da interação e de estilos de liderança, no pequeno grupo, realizados em Psicologia Social. Desses estudos, os mais representativos são os de Bales (1950), e os de Lippit e White, pertencentes ao grupo de colaboradores de Lewin et alli. (1967).

2.3. - Principais Conceitos

Para a execução da tarefa, utilizaram-se conceitos dentro da seguinte abordagem:

Variável Dependente - Desempenho do Professor - isto é, "como" o professor conduz a aprendizagem e o que faz ao interagir com os alunos na sala de aula; quanto ao volume de informa-

ções recebidas através dos mais variados meios de comunicação de massa; quanto à absorção pessoal da filosofia da Escola; por último, no que diz respeito à quilo em que acredita como verdade no processo educativo.

Variável Independente - Formação como Profissional de Ensino - corresponde ao nível de escolaridade do docente e sua participação em curso de treinamento.

Variável Independente - Situação como Profissional de Ensino - corresponde à vida funcional do professor expressa em condições de ingresso no cargo, tempo de serviço e atividades desenvolvidas no setor educacional.

Variável Independente - Nível Sócio - Econômico - diz respeito ao status social e econômico do professor.

Variável Independente - Curso de Treina -
mento, considerado uma das atividades básicas no Projeto de Assistência Técnica oferecia aos professores de Ensino de 1º Grau da Rede Oficial do Estado, o -
rientação relativa a técnicas de ensino e comporta -
mento do professor face aos princípios da moderna didática.

2.4. - Variáveis Independentes

Foram levadas em conta, nesta Pesquisa, as alternativas apontadas por Biddle e Rosencranz consideradas como variáveis influenciadoras no Desempenho do Professor:

- Formação como Profissional de Ensino;
- Situação como Profissional de Ensino;
- Nível Sócio - Econômico do Professor.

Considerou-se ainda, Curso de Treinamento, do Projeto de Assistência Técnica, como variável influenciadora.

2.4.1. - Formação como Profissional de Ensino

Somente nos últimos tempos o problema da formação do professor começou a ser considerado. Algumas tentativas de orientação pedagógica para professores primários foram registradas no Século XVI. Kandel, referindo-se a uma corporação de mestres fundada em Munich, em 1595, afirma que já se podia ler em seus estatutos : " Pessoa alguma, poderá atribuir-se o título de mestre-escola senão depois de preparação de seis anos, a começar da ida-

de de dezoito [...] . 11/ A primeira instituição escolar organizada para esse fim parece ter sido em Lyon , por volta de 1672, sob responsabilidade do Padre Dêmia. A organização que primeiramente recebeu o nome de "Escola Normal" foi estabelecida em Reims pelo abade la Salle em 1685.

Escolas Normais de ensino coletivo foram abertas também em Paris, não se encontrando nelas uma teoria didática organizada.

Logo depois a Alemanha, a Dinamarca, a Inglaterra e a Holanda receberam a idéia e estabeleceram algumas modificações.

Experiências feitas por Pestalozzi, levaram à organização da primeira Escola Oficial para a formação de professores em 1809 em Leipzig. O movimento alemão se caracterizou pela procura de fundamentos científicos na preparação especial do professor que teve origem na França, consistindo numa experiência puramente empírica.

11/ FILHO, Lourenço. A formação do professorado primário. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - MEC/INEP, 57 (23): 42 - 51, Janeiro/Março 1955.

Herbart havia demonstrado que a educação e o ensino deviam basear-se na psicologia. Lançam-se, assim, os "passos formais" compreendidos como um método, donde se observa a importância atribuída à formação dos professores. Na Inglaterra, a concepção de que a escola deveria objetivar a educação integral e não apenas a instrução, surgiu das experiências de André Bell e Joseph Lancaster com as Escolas Normais "lancasterianas" que se preocupavam apenas com o aspecto instrutivo da educação, esquecendo totalmente a criança como um ser em desenvolvimento. Com a nova concepção de que a educação deveria visar integralmente ao aluno, chegaram à conclusão de que ela só poderia ser dada por quem estivesse preparado para tão complexa tarefa.

Em meio a todo esse debate de idéias, o Novo Mundo começou a despertar para o problema. No Brasil, em 1835, já surgia a primeira Escola Normal. Em 1860, os Estados Unidos mantinham doze Escolas Normais e em 1861, Cheldon introduzia as idéias de Pestalozzi na Escola Normal de Oswego, reagindo contra o ensino de simples memorização. As idéias de Herbart sobre a necessidade de conhecimento de psicologia por parte do professor também tomaram corpo perante os mestres americanos.

Antes do final do século XIX, publicavam-se obras de doutrinas e teorias sobre as inovações surgidas no setor educacional. Fundou-se, portanto, para fins de pesquisa da criança e da educação, a

"National Society for Study of Education". Ainda nos Estados Unidos, registraram-se os primeiros cursos para formação de professores em nível universitário na Columbia University de Nova York. Em 1888, o "Teachers College" surgiu com uma das mais completas organizações oferecendo cursos variados e demonstrando preocupação com a pesquisa científica no campo educacional.

Até há alguns anos atrás, as Escolas Normais do Brasil mantinham o padrão tradicional que se preocupava com o ensino propedêutico e profissional ao mesmo tempo. Pretendia-se dar aos futuros professores uma cultura geral e uma formação técnica, o que resultava num curso de certo modo precário, por ser de curta duração e ministrado logo após as primeiras letras.

Afrânio Peixoto, reagindo contra esse estado de coisas, quando Diretor de Instrução do Distrito Federal em 1917, procurou separar o curso da antiga Escola Normal em dois ciclos: um, preparatório e outro, profissional, desenvolvendo a aplicação para melhor eficiência da prática escolar. Numa tentativa de solucionar o problema de brevidade de curso, instituiu um complementar, de dois anos, como pré-requisito para ingresso nas Escolas Normais.

A reforma Sampaio Dória de 1920 a 1921 admitiu o curso complementar de três anos que aumentava indiretamente os anos de preparação para o magistério.

De 1927 a 1928, com a reforma de Fernando de Azevedo, a Escola Normal voltou a compreender dois ciclos: um preparatório, outro, profissional, exigindo um curso de adaptação semelhantes aos referidos cursos complementares.

Em São Paulo, a reforma Pedro Voss, em 1925, tentava solucionar o problema de preparo dos professores aumentando o Curso Normal para cinco anos.

Em Minas Gerais, a reforma Francisco Campos, em 1928, criava a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico para professores das Escolas Públicas.

Pernambuco e Paraná demonstravam preocupação com os Programas, desenvolvendo a prática escolar e acrescentando algumas cadeiras às tradicionais.

Com o Governo Provisório, em 1931, após a Revolução de 1930, a reforma das Escolas Normais do Estado de São Paulo estabeleceu o curso de quatro anos. Criou-se também o curso de Aperfeiçoamento Pedagógico de dois anos para diplomados em Escola Normal ou Ginásio. Surgiu depois a Escola de Professores, criada em 1933 por Fernando de Azevedo e que se incorporou mais tarde à Universidade de São Paulo.

Anísio Teixeira, quando Diretor do Depar

tamento de Educação, no Distrito Federal, transformou a antiga Escola Normal da Capital do País no atual Instituto de Educação.

Decididamente, quebrou-se o velho padrão francês que colocava a formação do magistério no ramo dos estudos primários, elevando-se a formação do professor ao nível universitário.

A parte propedêutica do antigo programa normal passou a constituir a Escola Secundária do Instituto de Educação, enquanto o ensino profissional pedagógico resultou na chamada Escola de Educação.

Até 1939, o magistério improvisado predominava e o que mais se destacava eram as qualidades pessoais e vocação do professor. Somente a partir de 1939, com o aperfeiçoamento das Faculdades de Filosofia, foi que surgiu uma nova era: a do magistério habilitado, - que consistia em fornecer ao futuro educador conhecimentos de psicologia do educando e das técnicas didáticas.

No caso dos países subdesenvolvidos, em que há maior necessidade de treinamento de professores a níveis mais básicos, as Escolas Normais representam a principal fonte de preparação desses profissionais. Essa carência acentuada de professores torna necessária a expansão do seu treinamento em serviço para que se atualizem diante das novas

técnicas que surgem. Para o Professor de 1º Grau , a técnica do ensino é essencial pois, como diz William F. Cunningham, "Quanto menos elevado o ensino ministrado pelo professor, mais importante será o seu conhecimento do método e menos importante o seu domínio da matéria". 12/

A importância da Formação do Professor' diz respeito à sua própria responsabilidade social, pois conhecendo a Pedagogia ele pode orientar a aprendizagem do aluno, inclusive adaptando-o ao meio em que vive.

A utilização do treinamento sistemático do docente é também uma das formas que mais eficazes resultados têm oferecido na utilização e armazenamento de informações para o professor.

Considerou-se portanto, nesta Pesquisa, a importância do nível de escolaridade do professor assim como a sua participação em cursos de treinamento na Formação como Profissional de Ensino - variável considerada influenciadora.

2.4.2. - Situação como Profissional de Ensino

Constata-se que várias são as formas de o professor habilitado ingressar nas suas atividades

12/ CUNNINGHAM, op. cit., p.

des profissionais: através de concurso, por indicação de político, de amigos, da Escola Normal onde se formou, ou mesmo contratado pela Escola, onde já trabalha.

É certo que as diferentes formas de admissão contribuem para a Situação do Professor como Profissional.

O tempo de serviço confere a ele possibilidade de armazenamento de conhecimentos e acúmulo de experiências, desde que as atividades desenvolvidas tenham propiciado condições para isso.

Entretanto, um indicador importante ao se considerar o tempo de serviço do professor é o período de dedicação ao magistério e/ou atividades correlatas. Evidencia-se, portanto, não ser o tempo, apenas em número de anos, que confere experiências e conhecimentos, mas as atividades desempenhadas neste aspecto assim como o tempo em carga horária disponível para o setor educacional.

A Situação como Profissional de Ensino foi outra variável considerada nesta Pesquisa como influenciadora. Nela foram focalizados: o vínculo funcional e sua experiência profissional, diversificada e/ou não diversificada.

2.4.3. - Nível Sócio Econômico do Professor

Em se tratando de professor de país subdesenvolvido, um fato importante a considerar é a sua condição sócio-econômica, sendo o salário reflexo dessa condição. No Estado do Maranhão, por exemplo, a remuneração do professor de 1º Grau, da Rede Oficial do Estado correspondia em 1973 e 1974 a Cr\$ 290,00 (duzentos e noventa cruzeiros) e Cr\$.. 360,00 (Trezentos e sessenta cruzeiros), respectivamente. 13/

John W. Hanson e Cole S. Brembeck assim se expressam sobre a condição social do professor : "Por toda parte do mundo os professores são mal pagos e muitas vezes insuficientemente preparados [...]. Necessitamos de uma ofensiva combinada para melhorar a série interna de cursos, fortalecer a preparação acadêmica dos professores e estimular suas habilidades profissionais." 14/

13/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO
Serviço de Administração Geral
Seção de Controle de Pagamento

· 14/ HANSON, John W. e BREMBECK, Cole S. Educação e desenvolvimento.
São Paulo - IBRASA, 1969.408.p.

Situa-se, por essas razões, o docente muito mais como um subempregado, uma vez que o subemprego é comum em país subdesenvolvido. Especial atenção deve ser dada às condições de professores que recebem quase o mesmo pagamento de empregados domésticos estando assim destinados a uma condição social abaixo da média da mão de obra especializada.

A Classificação para Caracterização Sócio-Econômico de Maria Lais Mousinho Guidi e Sérgio Guerra Duarte foi utilizada nesta Pesquisa, para verificar o Nível Sócio-Econômico do Professor - outra variável influenciadora.

2.4.4. - Curso de Treinamento (Projeto de Assistência Técnica)

O Curso de Treinamento oferecido pelo Projeto de Assistência Técnica foi considerado a quarta variável influenciadora no Desempenho do Professor.

Realizado sob a Coordenação do Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento da Secretaria de Educação, esse Treinamento contou com a participação de técnicos e especialistas nos aspectos de planejamento e execução.

A programação desenvolvida voltou-se para atender às necessidades imediatas da educação - oferecia ao professor orientação relativa a técnicas de ensino e comportamento do professor face aos princípios da moderna didática. Dessa orientação é que foram considerados os indicadores que serviram, nesta Pesquisa, para operacionalizar a variável dependente - Desempenho como Profissional de Ensino.

"Todo Treinamento deve ser precedido de cuidadoso levantamento e diagnóstico a fim de torná-lo mais objetivo, inovativo e flexível, voltado para atender às necessidades imediatas e futuras. [...]"

A política de treinamento deve estar intimamente ligada à política de recrutamento e seleção de pessoal, a fim de ser vista como uma missão de interesse tanto do participante como da entidade promotora, para evitar uma forma de imposição".
15/

O Curso em pauta, ministrado aos professores envolvidos no Projeto de Assistência Técnica não se preocupou em conhecer os interesses dos professores. Voltou-se apenas para atender a uma necessidade de momento.

15/ Trabalho não publicado do Professor Paulo Roberto de Mendonça Motta.

Oferecido de forma sistemática, alcançou os objetivos propostos pela Coordenação do Projeto. 16/

Pode-se, no entanto, afirmar que o Curso de Treinamento, tendo em vista a afirmação anterior, pecou por não envolver o professor quando da elaboração do Planejamento, - condição para que não fosse o mesmo uma imposição da instituição.

16/ MARANHÃO. Secretaria de Educação. Projeto de Assistência Técnica; relatório do Curso de Treinamento. São Luís, 1972.

3 - HIPÓTESE A VERIFICAR

Feita a abordagem do Problema, conforme as exposições realizadas, verificou-se a existência da seguinte relação:

$$Y = f (X_1, X_2, X_3, X_4)$$

onde:

Y = Desempenho do Professor

X₁ = Formação como Profissional de Ensino

X₂ = Situação como Profissional de Ensino

X₃ = Nível Sôcio Econômico do Professor

X₄ = Curso de Treinamento (Projeto de Assistência Técnica)

Pretende-se provar que existe relação direta entre Y e X₄; ou seja: quanto maior a Assistência Técnico-Educacional, melhor será o Desempenho do Professor.

Supondo-se que as Variáveis X_1 , X_2 , e X_3 permaneçam constantes nos dois Municípios, e que estes, apresentam características similares, o modelo se restringirá a:

$$Y = f (X_4)$$

Uma vez que existe relação direta entre Desempenho do Professor e Curso de Treinamento - (Projeto de Assistência Técnico - Educacional), existirá melhor Desempenho do Professor no Município de Imperatriz onde foi implantado o Projeto do que nos municípios onde ele não foi implantado. Neste caso, escolheu-se o Município de Carolina.

4 - MATERIAL E MÉTODO

4.1. - Método de Pesquisa Adotado

O modelo ideal de investigação para o Presente Estudo seria o de uma pesquisa experimental do tipo "antes - após" definido por Kerlinger e Selltiz 17/, como um Grupo Experimental e um Grupo de Controle.

Evidente que seria mais completo comparar a situação educacional anterior e posterior à implantação do Projeto de Assistência Técnica no próprio Município de Imperatriz, o que não foi possível devido à carência quase que total de informações sobre o Desempenho do Professor antes dele.

Caracterizou-se este trabalho como um tipo de pesquisa "pós - fato", com os grupos "Experimental e de Controle" só observados e comparados em relação à variável em estudo, após a exposição do primeiro grupo.

17/ KERLINGER, F.M. - Foundations of Behavioral Research, Holt Rinehart and Winston, New York, 1964, p. 359 - 74.

Segundo Kerlinger a pesquisa "pós - fato" é assim definida: "Ex post facto research may be defined as that research in which the independent variable or variables have already occurred and in which the researcher starts with the observation of a dependent variable or variables. He then studies the independent variables in retrospect for their possible relations to, and effects on the dependent variable or variables". 18/

O confronto entre os resultados do Grupo Experimental e do Grupo de Controle indica se há ou não diferença entre as proporções dos dois.

18/ A pesquisa pós-fato pode ser definida como aquela em que a variável ou variáveis independentes já ocorreram, sendo iniciada pelo pesquisador a partir da observação de uma variável ou variáveis dependentes. Estuda, então as variáveis independentes retrospectivamente, procurando suas possíveis relações com a variável ou variáveis dependentes e seus efeitos sobre estas.

A pesquisa "pós-fato", conduzida como já se afirmou, sob a hipótese de que a Assistência Técnico - Educacional influencia positivamente no Desempenho do Professor, é um estudo em que os dados são coletados e interpretados, e as diferenças significantes ou correlações, quando possível, apontadas e interpretadas.

Trata-se, portanto, de um estudo muito mais de caráter exploratório de que de investigação experimental.

4.2. - Nomenclatura usada

A nomenclatura usada neste Estudo é a atual, segundo a Lei 5.692 (Diretrizes e Bases de Ensino de 1º e 2º Graus) uma vez que a coleta dos dados e a aplicação dos instrumentos foi posterior ao dia 11 de agosto de 1.971, data de sua aprovação..

4.3. - Tentativa de Comparar Desempenho do Professor

Nesta Pesquisa, trabalhou-se com o Universo, porque os 50 (cinquenta) professores das quatro primeiras séries do 1º Grau das Unidades Escolares Estaduais do Município de Imperatriz en

contravam-se envolvidas no Projeto de Assistência Técnica. 19/ Deste modo, não foi possível formar' no mesmo município grupos equivalentes de professores: dos envolvidos e dos não envolvidos.

Escolheram-se os 20 (vinte) professores da 1.^a à 4.^a série do Município de Carolina, pertencentes à Rede Oficial do Estado para formarem o Grupo de Controle.

A escolha dos professores do Município de Carolina deveu-se ao fato de esse Município ser o que mais se aproximava dos aspectos sócio-econômicos, educacionais e culturais do Município-Sede-da-experiência piloto, e ainda por constituir local não atingido pela influência da Assistência Técnica.

19/ Selecionaram-se as quatro primeiras séries ' porque o Projeto abrangeu inicialmente, em 1972 somente as quatro primeiras séries do 1º Grau.

Especificamente, no setor educacional, Carolina se assemelhava mais a Imperatriz que os demais Municípios do Estado porque em ambos existiam:

- Projeto de Iniciação para o Trabalho (visava a transferir de Ginásio Bandeirante em Unidade de 5.^a à 8.^a série de 1º Grau);
- Serviço de Supervisão Pedagógica da Secretaria de Educação;

4.4. - Descrição Geral do Método

Com a finalidade de mostrar que os Municípios de Imperatriz e Carolina apresentavam características similares, levantaram-se dados de diversos tipos para, através da comparação dos mesmos, evidenciar e comprovar a pressuposta similitude entre eles.

Uma vez assegurada a similitude social, econômica, educacional e cultural, limitou-se este estudo à população dos professores de 1.^a à 4.^a série do 1º Grau da Rede Oficial do Estado nos dois Municípios.

Já determinado que este trabalho abrangeria o universo de professores, aplicaram-se questionários capazes de fornecer informações que permitis

sem verificar se a Assistência Técnica influencia va no Desempenho do Professor, considerando, tam-
- bém, como variáveis influenciadoras:

- Formação como Profissional de Ensino,
- Situação como Profissional de Ensino,
- Nível Sócio - Econômico do Professor.

A variável sexo não foi destacada por todos os professores serem do sexo feminino; assim como a idade dos informantes, que variou entre 25 a 40 anos.

4.4.1. - Uso de Dados Primários e Secun dários

Este Estudo baseia-se em dados de natureza diversa, tais como: estatísticas divulgadas - por Órgãos das Administrações Federal e Estadual ; publicações das Secretarias do Governo Estadual ; informações colhidas junto às secretarias das Unidades Escolares de 1º Grau da Rede Oficial do Esta
do nos dois Municípios.

Os dados secundários, coletados e utili
zados para mostrar a possível semelhança entre os Municípios de Imperatriz e Carolina incidiram sobre: localização, posição geográfica, posição territorial, posição regional, situação demográfica , climatologia, transportes, atividades econômicas ,

aspectos educacionais e aspectos culturais.

As informações sobre o Projeto de Assistência Técnica foram adquiridas junto à Secretaria de Educação do Estado.

As informações colhidas junto às secretarias das Unidades Escolares de 1º Grau dos Municípios mencionados foram realizadas para determinar o número de professores da 1.^a à 4.^a série das Unidades Escolares da Rede Oficial do Estado.

Os dados primários deste Estudo foram os adquiridos através dos instrumentos que possibilitaram a caracterização dos informantes quanto às Variáveis Independentes:

- Formação como Profissional de Ensino;
- Situação como Profissional de Ensino;
- Nível Sócio - Econômico do Professor;

e a Variável Dependente

- Desempenho do Professor.

4.4.2. - Elaboração e Especificação dos Instrumentos

Para a Variável Dependente:

- Desempenho do Professor,

e para as Variáveis Independentes:

- Formação como Profissional de Ensino,

- Situação como Profissional de Ensino -

o instrumental utilizado foi elaborado com base no trabalho do Instituto de Pesquisa e Planejamento da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação' do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 20/ adaptado à realidade maranhense. (ANEXO I : PARTE 2, 3, 4).

Para verificar a Variável Independente:

- Nível Sôcio - Econômico, - foi utilizado um questionário baseado na Classificação para Caracterização Sôcio - Econômica da Guidi & Duarte, 21/ (ANEXO I : PARTE 1).

20/ Projeto de Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Estudos Sociais, Ciências e Letras.

.Convênio Fundação FORD - Associação das Escolas Superiores e Formação de Profissionais de Ensino.

21/ GUIDI, Maria Lais Mousinho & DUARTE, Sérgio Guerra. Um Esquema de caracterização sócio-econômico. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, MEC/INEP, 52 (115): 69-78) JUL/SET. 1.969.

Detalhamento:

Para determinar a Variável Dependente - Desempenho do Professor, - levantaram-se questões' envolvendo os seguintes indicadores:

- técnicas utilizadas em sala de aula;
- posição frente à estrutura da Escola;
- valores pedagógicos;
- utilização dos meios de comunicação de massa.

Tais indicadores foram selecionados por possuírem viabilidade teórica de serem explicados' como determinantes do Desempenho do Professor.

Como foram enfocadas as Variáveis Independentes:

- Formação como Profissional de Ensino,
 - corresponde à vida funcional do professor expressa em condições de ingresso ao cargo, tempo de serviço e atividades desenvolvidas no setor educacional.
- Nível Sócio-Econômico - diz respeito' ao status social e econômico do pro -

fessor.

- Assistência Técnico-Educacional - foi considerado o Projeto de Assistência Técnica, já mencionado, no que diz respeito a uma de suas atividades básicas, isto é, curso de treinamento.

4.4.3. - Determinação de Indicadores e Classificação

Depois de aplicados, os questionários foram codificados. Atribuíram-se-lhes pesos, ressaltando os indicadores que permitiram classificar os dois Grupos: Experimental e de Controle.

Para a Variável Independente - Formação como Profissional de Ensino - consideraram-se os indicadores:

- sem habilitação específica de 2º grau;
- com habilitação específica de 2º grau;
- com habilitação específica de 2º grau e curso superior;
- com habilitação específica de 2º grau e outros cursos.

Já os informantes se classificaram do seguinte modo:

- sem formação;
- com formação específica de 2º grau;
- com formação superior.

Para a Variável Independente - Situação como Profissional de Ensino - os indicadores levantados foram:

- vínculo funcional;
- experiência profissional; diversificada e/ou não diversificada.

Ademais, se classificaram assim as duas populações de professores:

- docentes sem experiência profissional;
- docentes com menor experiência;
- docentes com maior experiência.

No que respeita à outra Variável Independente - Nível Sócio-Econômico do Professor - os informantes foram considerados segundo a classificação:

- baixa superior;
- baixa inferior;
- média superior;
- média inferior;
- alta.

Por último, para a Variável - Curso de Treinamento - (Projeto de Assistência Técnico - Educacional), procurou-se apoio em uma das atividades básicas do Projeto, isto é, cursos de treinamento, como já foi mencionado.

Para a Variável Dependente - Desempenho do Professor como Profissional de Ensino, - os indicadores ressaltados disseram respeito ao ensino e ao comportamento do professor, face aos princípios da moderna didática. Foram eles:

- técnicas utilizadas em sala de aula;
- posição frente à estrutura da Escola;
- valores pedagógicos;
- utilização dos meios de comunicação de massa.

A classificação ficou assim determina-

da:

- desempenho deficiente;
- desempenho suficiente;
- desempenho excelente.

4.4.4. - Aplicação dos Instrumentos

A aplicação dos instrumentos foi feita pela autora durante a segunda quinzena de novembro e primeira de dezembro de 1974.

Escolheu-se uma das salas de aula da Unidade Escolar Governador Archer, em Imperatriz e Unidade Escolar Odolfo Medeiros, em Carolina, para fazer a citada aplicação.

Para assegurar uma homogeneidade de aplicação, determinou-se que, em cada grupo, o instrumento seria aplicado nas primeiras horas da manhã.

Todos os professores convocados, de ambos os Municípios, compareceram à reunião, não sendo, desse modo, necessária uma segunda oportunidade. Os instrumentos foram recebidos um a um, para que fossem conferidos se todos os itens estavam respondidos.

4.4.5. - Computação e Tratamento Estatístico

A verificação, codificação dos questionários e tratamento estatístico dos resultados foi manual e levada a efeito logo após o recebimento de todo o instrumental.

5 - ANÁLISE DOS RESULTADOS E VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE

5.1. - Aspectos Gerais dos Municípios

5.1.1. - Localização

Localiza-se o Município de Imperatriz na Região pré-Amazônica (divisão ecológica) no extremo Oeste do Estado do Maranhão. Limita-se ao Norte e a Noroeste com o Estado do Pará; ao Sul e Sudeste com o Estado de Goiás.

Já o Município de Carolina se localiza na Região do Planalto (divisão ecológica) no extremo Sudoeste do Estado. Limita-se ao Norte com o Pará , Oeste, Sul e Sudeste com Goiás.

5.1.2. - Posição Geográfica

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Município

de Imperatriz - Latitude (S): 5º 31' 32"

- Longitude (W. Gr.) 47º 26' 35"

Distância em linha reta da Capital:
480 km.

Fonte: IBGE.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Município

de

Carolina - Latitude (S) 7º 19' 51"
- Longitude (W.Gr.) 47º 28' 30"
Distância da capital em linha reta :
634 Km.

Fonte: IBGE

5.1.3. - Posição Territorial

A superfície do município de Imperatriz é de 13.352 quilômetros, sendo o 3º município do Estado em grandeza territorial, apenas ultrapassado pelos municípios de Alto Parnaíba e Grajaú. Tem, na sede, altitude de 95 metros. Com área igual a 10.516 quilômetros quadrados, Carolina é o 13º município maranhense em grandeza territorial (Tabela 1). Apresenta uma altitude de 148 metros na sede municipal.

5.1.4. - Posição Regional

Situados estrategicamente, em termos geográficos, Imperatriz e Carolina apresentam condições econômico-sociais que lhes permitem situar-se dentre os mais importantes Polos de Desenvol-

vimento do Estado.

Seus territórios são banhados por rios e atravessados no sentido Norte - Sul por rodovias que passam pelas sedes municipais.

Tais fatores muito têm contribuído para acelerar a importância regional e estadual dessas cidades, tornando-as importantes núcleos urbanos, respectivamente, do extremo Oeste e do Sudoeste do Maranhão.

Polarizando os restantes municípios de suas micro-regiões, as influências de ambos se estendem não somente aos outros municípios maranhenses, como também aos do Pará e Goiás, que lhes estão mais próximos.

A cidade de Imperatriz, não obstante servir como ponto de apoio de operações Belém - Brasília (BR-101), atravessa uma fase de grandes transformações econômicas que lhe asseguram a posição de mais importante centro econômico da Região.

5.1.5. - Situação Demográfica

O município de Imperatriz, com população de 83.630 habitantes em 1972, tinha densidade

demográfica (hab/km²) correspondente a 6,26 (Tabela 1).

O município de Carolina, tinha nesse ano, uma população de 29.610 habitantes, e densidade demográfica (hab/km²) correspondente a 2,82 ' (Tabela 1).

A distribuição dessas populações por zonas urbana e rural está evidenciada na Tabela 2.

5.1.6. - Climatologia

O clima de Imperatriz é tropical: quente e seco no verão, úmido no inverno. Há duas estações: inverno ou estação de chuvas (outubro a abril) e verão ou estação seca (maio a setembro). Os meses em que o frio predomina são junho e julho, e o calor, agosto a outubro.

O clima de Carolina apresenta-se um pouco mais ameno nos meses de junho e julho. Durante os meses de setembro a maio são frequentes as trovoadas. O verão tem início em junho, prolongando-se até agosto.

5.1.7. - Transportes

O município de Imperatriz é servido por

linha regulares de navegação fluvial e aérea, e por rodovias. Liga-se aos municípios vizinhos e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte:

- Amarante do Maranhão - (135,38 km) : rodoviário, pela BR-010 até o lugar Ribeirãozinho (32 km); seguindo pela MA - 41, até Sítio Novo (75,38 km) e daí, pela MA - 42, até Amarante (28 km).
- João Lisboa - rodoviário, pela MA -83, (20 km).
- Montes Altos - rodoviário, pela BR - 010, até o lugar Ribeirãozinho (32 km) e daí, pela MA - 41 (33,38 km).
- Porto Franco - rodoviário, pela BR - 010 (94 km).
- Capital do Estado - rodoviário, pela BR - 010 até Porto Franco e daí, pela BR - 226 e 135 (773 km) ou aéreo via Carolina, Balsas, Florianópolis e Teresina (1.019 km) ou ainda direto, em táxi aéreo ou avião de linha (480 km).
- Capital Federal - rodoviário, pela BR-010 (1.575 km) ou aéreo (1.167 km) ou direto em táxi aéreo.

Liga-se Carolina às cidades vizinhas, pe

los seguintes meios de transporte:

- Porto Franco - rodoviário, pela BR - 003 (132 km) ou fluvial, pelo rio Tocantins (180 km) ou ainda aéreo , em táxi aéreo (110 km).
- Grajaú - rodoviário, pela BR - 003 até Porto Franco (132 km) e daí, pela BR - 226 (155 km) ou aéreo, em táxi aéreo (22 km).
- Filadélfia (Goiás) - travessa para a margem esquerda do rio Tocantins.
- Capital do Estado, - aéreo, via Porto Franco, Grajaú e Barra do Corda (779 km) em táxi aéreo.
- Capital Federal - rodoviário pela BR-003 (1.699 km) ou aéreo (963 km) ou direto em táxi aéreo.

Quanto a veículos:

Em 1972 havia no município de Imperatriz:

- Veículos para passageiros	325
- Veículos para carga	382

E no município de Carolina:

- Veículos para passageiros	315
- Veículos para carga	1.974.

5.1.8. - Atividades Econômicas

As atividades econômicas mais significativas dos municípios de Carolina e Imperatriz estão centradas, principalmente, no setor primário. A agricultura e a pecuária destacam-se como as de maior representatividade (Tabela 3).

A produção agrícola é liderada pela cultura do arroz: este produto, em 1972, em Carolina, correspondeu a 59,3% da produção agrícola total e em Imperatriz, a 72,5% (Tabela 4).

Na pecuária se destaca, tanto em Carolina quanto em Imperatriz, a criação de bovinos, aparecendo a seguir a de suínos: a primeira representou 41,5% da produção pecuária total em Carolina e 78,3% em Imperatriz; a segunda, 47,5 % em Carolina e 12,0% em Imperatriz, em 1972 (Tabela 5).

O extrativismo vegetal também foi significativo como atividade econômica no ano de 1972: em Carolina a lenha representou 96,6% e em Imperatriz a produção de amêndoas de babaçu alcançou 89,0% da produção total (Tabela 6).

Tanto em Carolina quanto em Imperatriz o setor secundário é pouco significativo.

As indústrias de produtos alimentares

em 1972, constituíram o maior coeficiente, correspondendo em Carolina a 46,0% e, em Imperatriz , 53,7% do total geral de indústrias (Tabela 7).

O setor terciário, como mostram as Tabelas 8 e 9, é muito diversificado.

No que diz respeito a valores da receita arrecadada e despesas desses municípios, pode-se comentar com base nas Tabelas 10 e 11 que, durante o triênio 1971 - 73, a arrecadação anual foi inferior a Cr\$ 700.000,00 e a despesa ultrapassou esse valor, sendo suplementada através de transferências estaduais e federais.

5.1.9. - Aspectos Educacionais

No Setor Educacional, como mostra a Tabela 12, a municipalidade de Imperatriz liderava o número de unidades escolares de 1.^a à 4.^a séries, sendo a maior parte delas localizada na zona rural (Tabela 12).

A matrícula das Unidades Escolares de 1º Grau (1.^a a 4.^a série) em 1974, foi de 319 alunos em Carolina e 748 em Imperatriz.

O Corpo Docente de todas as Unidades de 1º Grau (1.^a a 4.^a série) em Imperatriz era composta, em sua maioria, de professores da Rede

Municipal de Ensino e em Carolina da Fede Particular. A Rede Estadual era composta de minoria de professores.

5.1.10. - Aspectos Culturais

A Tabela 13 demonstra o número de habitantes por fonte de recreação nos municípios de Carolina e Imperatriz: bibliotecas, cinemas, e teatros, clubes e associações recreativas, empresas jornalísticas e estações de rádio.

Em seguida é focalizada a existência de bibliotecas em funcionamento e número de leitores, segundo a dependência administrativa nos mesmos municípios (Tabela 14).

É válido ainda demonstrar o número de profissionais de nível superior radicados nos municípios de Carolina e Imperatriz, já que a presença dos mesmos contribui, grandemente, para elevar o nível cultural do local onde exercem a profissão (Tabela 15).

Com base na população geral dos municípios e no número de profissionais de nível superior, pode ser verificado o número de habitantes por profissional, permitindo determinar sua área de atuação (Tabela 16).

5.1.11. - Evolução Histórica dos Municí- pios

Imperatriz

Em 1850, havia dúvida e litígio a respeito das províncias do Pará e Maranhão e inteiramente desconhecida era a zona em que os limites interprovinciais deviam ser traçados.

O Presidente do Pará, Conselheiro Francisco Coelho, baseando-se em precedentes, mandou, em 1851, edificar uma vila " em território do Pará próximo de onde tivesse limite com o Maranhão " , encarregando-se dessa missão o Reverendíssimo Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, natural do Estado da Bahia. No desempenho de sua missão, Frei Manoel subiu o Tocantins até a disjunção do Araguaia, onde continuou pelo braço oriental até que depa-rou com um caminho de forma oval encimado num cômore de areia de formação aluvial. Fascinado com o achado do campo, Frei Manoel não procurou exami-nar as condições de salubridade do território, o que tê-lo-ia feito renunciar às suas pretensões, de vez que o mesmo era constituído de terreno falso.

Em 1852, Frei Manoel fundou a povoação' de Santa Teresa de Imperatriz, na Província do Pa-rá: as despesas correram à conta do Tesouro da re-ferida Província. Nesse mesmo ano, foi votada e ' sancionada a Lei nº 639, de 12 de julho de 1852 ,

a qual determinava o limite do Pará e Maranhão pelo rio Gurupí, transferindo, para a cabeceira deste, o ponto de partida da linha leste-oeste até o Tocantins.

Em 1854 - 1855 foi evidenciado que a população fundada por Frei Manoel pertencia ao Maranhão, cujo governo, àquela época, pensava, também, na fundação de uma vila nas imediações da fronteira do Pará. Todavia, quanto ao conhecimento da topografia, o Maranhão estava menos adiantado do que a Província vizinha.

De qualquer modo, Frei Manoel conformou-se com a passagem da jurisdição de sua povoação e soube tirar proveito do fato, empenhando-se no sentido de tornar a povoação de Santa Teresa de Imperatriz a sede do município de Porto Franco. Para tanto, conseguiu, por intermédio de um deputado Provincial, a aprovação da Lei Provincial nº 389, de 27 de agosto de 1856, que elevou a povoação de Porto Franco à categoria de vila, com a denominação de "Vila de Santa Teresa de Porto Franco".

Inicialmente, a Vila de Santa Teresa de Imperatriz foi uma única rua de 84 casas, parte cobertas de telhas, edificadas ao longo do rio, terminando em uma praça ao largo, em forma de quadrilátero, em que foi construída a igreja matriz.

Transitavam pelo porto de Imperatriz, em busca do eldorado do Cocai-una (castanha preta) , emigrantes de todas as partes do Brasil, especialmente da Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco e do próprio Maranhão.

Desde então, o progresso de Imperatriz ' foi sempre ascendente, intensificando-se nos últimos anos, graças ao afluxo de novos contingentes migratórios, propiciado pela construção da rodovia Belém - Brasília.

Em 1955 perdeu parte do seu território ' para com ele ser constituído o município de Montes Altos, que foi criado pela Lei nº 1.354, de 8 de setembro e cuja instalação se deu a 22 de dezembro do mesmo ano.

Carolina

Descreve Cunha Matos esse antigo lugarejo, fundado por um dos membros da expedição organizada em Pastos Bons para tentar a descoberta do Tocantins, pelo lado do Maranhão: "Carolina. Esta aldeia situada logo abaixo da cachoeira das Três Barcas na margem esquerda do Tocantins tem apenas 81 moradores cristãos, ali congregados em 1816 por Antonio Moreira da Silva, que conservava amizade com

os chefes das Aldeias dos Apinagês, Otogês e Afotigês, próximo à mesma povoação do Moreira. Estas aldeias são: Bom Jardim, com 1.000 almas e Santo Antonio, 8 léguas distante do porto do mesmo nome, com 1.500 almas. Há outra aldeia, Santo Antonio, com 500 pessoas. Os Afotigês na Carolina sobem a 1.200 almas. A de Araguaia - entre o Tocantins e o Rio Araguaia conta com 1.400 almas".

Em 1810 o mascate goiano, Francisco José Pinto de Magalhães, seguindo para Belém, onde ia abastecer-se de mercadorias para o seu comércio, saltou no lugar onde Coelho Paredes estava estabelecido. Aí procurou, por todos os meios, convencer o fazendeiro a abandonar o sítio por pertencerem aquelas terras ao Príncipe D. Pedro. Em seguida, juntamente com os companheiros de viagem ali se estabeleceu e deu ao novo núcleo de colonização a denominação de São Pedro de Alcântara.

Em 1815, Francisco de Paula Ribeiro, em missão oficial, visita a localidade, encontrando-a com "menos de vinte pessoas postríssimas, que viviam como selvagens" (Viagem ao rio Tocantins pelo sertão do Maranhão, em 1815). A proporção que se passavam os anos, piorava a situação de São Pedro de Alcântara. Em 1816, só "duas casas cobertas de palha", informa Carlota de Carvalho citando Cunha Matos "ainda existiam no decadente povoado, habitados por duas famílias pobres, que cultivavam mandioca e pescavam para viver". ("O Sertão", pág. 39.).

Elias Ferreira de Barros, vendo a decadência do lugarejo que havia iniciado e por ter interesse na zona - possuía várias fazendas de gado - tomou a iniciativa de incentivar o seu desenvolvimento, isso ainda em 1816. Em 1820 porém, de volta de Belém, em companhia do Padre Antonio Carlos Ramalho, estabeleceu-se o incansável pio - neiro no antigo lugarejo de Pinto de Magalhães , que passou a crescer em população e importância . Foi nessa época que Antonio Moreira da Silva, que fazia parte das expedições oficiais, fundou, à margem esquerda do Tocantins, o povoado de Três Barras.

Ao descer o rio, em 1825, o deputado do governo provisório, Padre Luiz Gonzaga de Caramargo Eleury, em honra à memória de nossa primeira Imperatriz, deu ao novo povoado o nome de Carolina.

Em 1831, a 25 de outubro, o povoado foi elevado à categoria de vila. Nessa data, o governo de Goiás, baseado na antiga ocupação do mesmo por goianos, fez transladar para São Pedro de Alcântara a vila de Carolina, mudando de jurisdição a antiga comuna maranhense, que sempre esteve sob o domínio do Maranhão. Essa mudança, entretanto, provocou a discórdia entre os governos das duas províncias, que se julgavam com igual direito. O imperador determinou, em 3 de março de 1833,

que a vila fosse mantida sob a jurisdição de Goiás. Feita a transferência, foi ordenada, pelo governo , a sua instalação oficial, que ocorreu a 25 do mesmo mês de março, sendo acrescentado ao nome de Alcantara o de Carolina.

Protestando contra esse ato junto ao Poder Central, o governo do Estado do Maranhão somente teve acolhidas suas pretensões por intermédio do Decreto nº 773, de 23 de agosto de 1854 que, dando por encerrada questão, ratificou a demarcação dos limites de Goiás e Maranhão, reincorporando os discutidos lugarejos de Pinto Magalhães e Elias de Barros ao território maranhense, com a denominação de Carolina.

Carolina foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 527, de 8 de julho de 1859.

5.2. - Verificação da Hipótese Básica

Ao se propor a Presente Pesquisa, partiu-se do pressuposto de que o Curso de Treinamento do Projeto de Assistência Técnico-Educacional influenciava positivamente, no Desempenho dos Professores do Município de Imperatriz.

Essa pressuposição se baseava no fato de que o Projeto de Assistência Técnica iria eliminar dis-

torções presentes no sistema educacional do Município, detectadas quando da elaboração do Projeto , especialmente aquelas que se caracterizavam como deficiências qualitativas da rede estadual.

Quando se tenta mostrar a similitude entre os Municípios estudados, aborda-se mais minuciosamente os setores econômico-primário, secundário e de serviços.

Justifica-se tal ocorrência por não ter o Projeto de Assistência Técnica enfatizado satisfatoriamente, os aspectos educacionais, vindo, desse modo, a prejudicar o desenvolvimento do Presente Trabalho.

Descrevendo os informantes com base na Classificação para Caracterização Sócio-Econômica utilizada nesta Pesquisa, ficou demonstrado que no Município de Carolina 70% dos informantes pertencem à Classe-Social-Baixa Superior e 30%, à Baixa Inferior (Tabela 17).

Em Imperatriz, 80% pertencem a Classe-Social - Baixa Superior e 20%, à Baixa Inferior (Tabela nº 17).

Sendo assim, pode-se inferir a equivalência dos dois grupos tanto social quanto economicamente.

Quanto à Variável Independente - Formação como Profissional de Ensino - ficaram assim distribuídos os informantes:

Em Carolina - 65% dos professores são carentes de formação específica e 35% possuem formação.

Em Imperatriz - 18% dos professores não possuem formação específica, 72% têm formação e os 10% restante são portadores de formação superior (Tabela 18).

A tabela 18 mostra que mais de 50% dos professores de Carolina não são possuidores de formação profissional: o que difere bastante da situação de Imperatriz, onde mais de 50% dos docentes possuem formação profissional específica.

Para a Variável Independente - Situação como Profissional de Ensino - os professores, tanto do Município de Carolina quanto do Município de Imperatriz, ficaram classificados no item dos possuidores de menor experiência profissional: 95% e 80% , respectivamente (Tabela 19).

Também, nessa variável, os Grupos de professores mostraram-se equivalentes.

Quanto à Variável Dependente - Desempenho do Professor - dentro da classificação estabelecida ,

pode-se concluir que 100% dos professores de Carolina foram considerados com desempenho suficiente' e 98% dos professores de Imperatriz também ficaram considerados como tal. Os 20% restantes ficaram na categoria excelente (Tabela 20).

O resultado, em termos de Desempenho, foi praticamente idêntico.

Os resultados, entretanto, a serem esperados' do Grupo Experimental (Imperatriz) deveriam ser superiores aos do Grupo de Controle (Carolina), principalmente, considerando-se que mais de 50 % do seu professorado tinha formação específica de 2º Grau, o que não acontecia neste Município, em que a formação específica atingia menos de 50% dos professores.

Todavia, ao chegar-se ao fim deste trabalho , ficou demonstrado que os dois resultados se equivaliam, como se a Assistência Técnico - Educacional nenhuma contribuição houvesse dado a Imperatriz, no que respeita ao Desempenho do Professor.

Cogitando-se de identificar as razões que levaram à equivalência de resultados, nos dois Municípios estudados, podem-se apontar:

- os 72% dos professores de Imperatriz, com formação específica, cursaram o 2º grau no próprio Estado do Maranhão;

- dos 25% dos professores de Carolina com formação específica, mais de 2/3 cursaram o 2º grau no Estado de Goiás.

Até 1974 o Maranhão não dispunha de Diretrizes Curriculares que dirigissem o ensino a nível de 1º Grau. As existentes estavam incluídas no Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau aprovado através da Resolução nº 19/75 do Conselho Estadual de Educação. 22/

Em Goiás já havia, nessa época, Diretrizes Curriculares próprias que apontavam sugestões de atividades discentes e conteúdos específicos, além de objetivos que deveriam ser compreendidos como o mínimo a ser exigido dos alunos que optaram pela habilitação em Magistério de 1º Grau. 23/

22/ Secretaria de Educação

Departamento de Ensino de 1º Grau

Seção de Currículos e Programas

23/ Superintendência de Apoio Técnico e Pedagógico

Secretaria de Educação e Cultura

Unidade de Currículo - Estado de Goiás. Edição PREMEN-SE/GO. 1977.

De acordo com depoimento pessoal da Supervisora Chefe da Seção de Supervisão da Divisão de Controle e Avaliação do Departamento de Ensino de 1º Grau da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, Professora Iva Maria Silva de Carvalho, - os professores que concluem o Curso de Habilitação a nível de 2º Grau, Magistério de 1º Grau em Goiás, participam compulsoriamente do Curso de Treinamento do Magistério, localizado em Inhumas, naquele Estado. Este treinamento dá ênfase especial ao ensino das metodologias que compõem o Currículo de 1º Grau.

Conclui-se por isso, que os 2/3 do professorado de Carolina, que receberam formação específica no Estado de Goiás, frequentaram o curso oferecido pelo Centro de Treinamento de Inhumas.

Ao contrário disso, os professores de Imperatriz, tendo recebido formação no Estado do Maranhão, não dispuseram de oportunidade semelhante que só lhes foi oferecida quando da implantação do Projeto de Assistência Técnica.

Tais razões podem justificar a equivalência de resultados apontados.

Outro aspecto a destacar é que os dados considerados, neste Trabalho, sobre caracterização dos

Municípios, foram coletados em 1972 e que não existiam informações específicas sobre a situação do ensino.

Mas, a partir da referida data, Imperatriz apresentou desenvolvimento sócio-econômica mais rápido do que qualquer outro Município do Estado.

Um clima motivacional diferente explodia com o grande fluxo migratório, propiciado pela construção da rodovia Belém - Brasília. A monotomia de antes cedia lugar a novos interesses, novas perspectivas.

Imperatriz se tornava diferente e os interesses comerciais envolviam de tal forma a sua população que seus costumes, suas tradições de vida comunitária já não se mantinham. Isso provocou uma quebra nos interesses culturais.

As transformações sofridas por Imperatriz nos costumes, valores e aspirações favoreciam a desagregação da sociedade tradicional, ocorrendo o que refere Brandão Lopes ao tratar da revolução urbano/industrial, verbis: " Com o desenvolvimento sócio-econômico entram em mudança os valores vigentes da sociedade[...] . De fato, as migrações internas, mormente as inter-regionais, e as comunicações de massa, pela imprensa, rádio, cinema e televisão, derivam da civilização industrial entre nós

e são hoje os meios principais pelos quais as populações se põem em contacto e se filtra pelo Brasil afora a cultura urbana das grandes cidades [...] a Escola Primária é em si, em maior ou menor grau, agente de urbanização [...] migrações, meios de comunicação de massa, e sistema nacional de educação, todos são fenômenos , convém repetir, da sociedade urbano/industrial em formação, vinculados aos seus aspectos econômicos sociais e políticos." 24/

Enquanto isso, Carolina permanecia uma comunidade pacata superestimando os valores tradicionais.

Francois Perroux tratando sobre sociedade tradicional diz: " Numa sociedade tradicional desviar recursos e esforços de outras atividades e aplicá-los no estudo de novos métodos de produção não confere muito êxito, poder ou prestígio, uma vez que mudanças produtivas nas técnicas fogem à experiência social. Por outro lado, envolve o não cumprimento de obrigações familiares , a negligência de deveres religiosos e mesmo a perda de estima pela redução nas contribuições às festividades." 25/

24/ LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e mudança social. São Paulo, Nacional , 1968.p. 162/163.

25/ PERROUX, Francois et alii. Sociologia do desenvolvimento, 1967.27/28.

Carolina, mantinha assim, seus costumes, sua vida comunitária, favorecendo a conservação dos interesses culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Após verificação da Hipótese Básica po
dem-se suscitar considerações como:

- se o Projeto de Assistência Técnico-Educacional tivesse sido implantado em Carolina, e a presente Pesquisa tivesse utilizado como Grupo Experi
mental os professores desse Município, e como Grupo de Controle os Pro
fessores de Imperatriz, os resulta
dos de Carolina seriam superiores;
- se dos 72% dos professores de Imperatriz que cursaram o 2º Grau no Estado
do Maranhão, 2/3 pelo menos tivessem
adquirido formação específica de 2º Grau em outro centro com maiores recursos a nível educacional, como ocorreu em Carolina, de certo que os resultados (quanto à variável Desem
penho do Professor) seriam superio
res;
- se Imperatriz não se tivesse voltado para interesses de natureza econômi
ca, de preferência a quaisquer outros, os resultados em termos de De
sempenho teriam sido melhores do

que os alcançados;

- se no período anterior a 1972, quando da implantação do Projeto de Assistência Técnica, o Maranhão dispusesse de Diretrizes Curriculares que dirigissem o ensino a nível de 1º Grau, os resultados encontrados em Imperatriz seriam superiores;
- se os professores de Imperatriz tivessem tido oportunidade de frequentar, logo após o Curso de Habilitação em Magistério de 1º Grau, um curso de treinamento, com ênfase especial no ensino das metodologias que compõem o currículo de 1º Grau, os resultados alcançados seriam, também, superiores;
- se o Curso de Treinamento oferecido pelo Projeto de Assistência Técnica tivesse sido precedido de cuidadoso levantamento e diagnóstico, procurando envolver o professor no seu planejamento, os resultados alcançados seriam, ainda, superiores.

RECOMENDAÇÕES

Como recomendações sugere-se à Coordenação do Projeto de Assistência Técnico-Educacional o estabelecimento de mecanismos para Planejamento, Controle e Acompanhamento que permitam um processo contínuo de avaliação, possibilitando reformulações que favoreçam o seu aperfeiçoamento gradativo.

É evidente que o êxito desse Projeto' dependerá dos reajustes que possam ser feitos ao longo do processo, o que pesquisas bem orientadas poderão tornar possíveis.

Sugere-se que esses mecanismos para Planejamento, Controle e Acompanhamento visem a assegurar:

- maior envolvimento entre a Coordenação do Projeto e os Professores assistidos quando do planejamento do Curso de Treinamento;
- treinamento de professores de acordo com as peculiaridades da região' onde será ministrado.

Considerando-se que a eficácia do ensino se prova através da preparação recebida pelo indivíduo para atuar na sua comunidade, necessário se faz o estudo das realidades e necessidades locais, tendo em vista que a "Educação é formação de recursos humanos para as diversas formas de vida econômica da região". 26/

- Acompanhamento e Controle do Desempenho do Professor, como parte da Avaliação do Projeto de Assistência Técnico-Educacional, para que se possam obter outras informações sobre sua validade.

Esta avaliação deverá realizar-se com base em dados relativos às variáveis processuais do ensino - aprendizagem, pois aquela a partir de variáveis preditivas ou antecedentes do professor já foi considerada neste trabalho.

26/ Narciso Veloso. Supervisão em educação: um esforço para a melhoria dos serviços educacionais.

Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, FENAME/MEC, 1976.

Relembrando Goldberg, toda avaliação em Educação, implica em decisão a respeito do valor dos objetivos educacionais que se pretendem atingir, e que são expressos por mudanças comportamentais estáveis a serem produzidas no aluno. Neste sentido, o Desempenho do Professor deve ser entendido não apenas em termos de eficiência - produzir resultados de aprendizagem no aluno mas, em termos de eficácia - produzir resultados considerados socialmente valiosos.

Recomenda-se, ainda, que:

- seja considerada a importância da existência de Diretrizes Curriculares que orientem o ensino a nível de 1º Grau no Estado do Maranhão;
- seja considerada a necessidade de um Centro de Treinamento para Professores com habilitação a nível de 2º Grau, em magistério de 1º Grau, dando ênfase ao ensino das metodologias que compõem este currículo.

Finalizando, pretende-se que o Presente Estudo constitua o primeiro passo para a avaliação do Projeto e que forneça subsídios para novas pesquisas neste campo, considerando a importância de que sejam feitas reflexões sérias sobre os resultados obtidos.

T A B E L A S

TABELA 1

Área geográfica, população e densidade demográfica dos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972

Especialização	Carolina	Imperatriz
Área Geográfica (km ²)	10.516	13.352
População	29.610	83.630
Densidade demográfica hab/km ²	2,82	6,26

Fonte: IPEI

TABELA 2

Distribuição percentual segundo localização das populações dos municípios de Carolina e Imperatriz - 1974

Localização	Carolina	Imperatriz
Zona rural	15.250	46.117
Zona urbana	8.640	34.710
T O T A L	23.890	80.827

Fonte: ETAM

Atividades Econômicas dos Municípios de Carolina e Imperatriz
Sector Primário

TABELA 3

Valor da produção agropecuária por classes de atividades - 1972

Classe de Atividade	Carolina		Imperatriz	
	Total (Cr\$)	%	Total (Cr\$)	%
Extrativismo vegetal	379.455	1,6	2.294.899	4,7
Caçá	-	-	228.800	0,4
Pesca	24.050	0,1	65.220	0,1
Agricultura	2.055.640	9,0	14.851.900	31,0
Pecuária	18.701.500	80,3	24.220.350	50,5
Avicultura	332.250	1,4	1.264.855	3,0
Produção Animal	1.782.630	7,6	4.944.797	10,3
T O T A L	23.275.525	100,0	47.870.821	100,0

Fonte- Instituto de Pesquisas Econômicas Sociais
IPEI/MA.

TABELA 4

Valor da produção da agricultura por principais produtos - 1972

P R O D U T O S	CAROLINA		IMPERATRIZ		
	(Cr\$) Total	%	(Cr\$) Total	%	
Algodão	64.500	3,0	1.232.000	8,4	
Arroz	1.220.000	59,3	10.777.800	72,5	
Banana	112.500	5,4	1.343.000	9,0	
Cana de Açúcar	168.000	8,0	75.600	0,5	
Feijão	95.040	5,0	172.500	1,1	
Mandioca	130.000	6,3	279.000	2,0	
Milho	265.600	13,0	972.000	6,5	
T O T A L	2.055.640	100,0	14.851.900	100,0	

Fonte: IPEI/MA.

TABELA 5

Valor da produção da pecuária por principais ramos - 1972

R A M O S	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	(Cr\$) Total	%	(Cr\$) Total	%
Bovinos	7.771.300	41,5	18.940.420	78,3
Suínos	8.934.200	47,5	2.922.600	12,0
Equinos	920.000	5,00	1.660.750	7,0
Asininos	224.000	1,1	160.200	0,6
Muares	690.000	4,0	284.000	1,1
Ovinos	86.000	0,5	73.500	0,3
Caprinos	76.000	0,4	178.880	0,7
T O T A L	18.701.500	100,0	24.220.350	100,0

Fonte: IPEI/MA

TABELA 6

Valor da produção do extrativismo vegetal por principais produtos -
1972

P R O D U T O S	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	(Cr\$) Total	%	(Cr\$) Total	%
Amêndoas de Babaçu	-	-	2.042.400	89,0
Carvão vegetal	1.455	0,4	101.892	4,4
Lenha	378.000	96,6	15.067	0,6
Toros	-	-	135.540	6,0
T O T A L	379.455	100,0	2.294.899	100,0

Fonte: IPEI/MA.

TABELA 7

Número de Indústrias por classe de atividades - 1972

Classe de Atividade	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total	%	Total	%
Cal	5	8,8	-	-
Minerais não metálicos	-	-	1	1,3
Madeira	2	3,5	4	5,3
Mobiliário	2	3,5	6	8,0
Couros e peles	1	1,7	2	2,6
Químicos	-	-	2	2,6
Produtos de perfumaria, sa- bões e velas	2	3,5	1	1,3
Telhas e tijolos	8	14,0	-	-
Têxteis	-	-	4	5,3
Vestuário, calçados e arte- fatos de tecidos	7	12,0	10	13,3
Produtos alimentares	26	46,0	40	53,7
Bebidas	2	3,5	2	2,6
Editoriais e gráficos	2	3,5	3	4,0
T O T A L	57	100,0	75	100,0

Fonte: IPEI/MA.

TABELA 8

Número de estabelecimentos comerciais por principais ramos - 1972

Estabelecimento	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total	%	Total	%
Supermercados, mercearia	2	1,5	3	0,6
Quitandas, tavernas, bar racas	127	86,0	201	61,8
Bares, restaurantes, ca- fês	5	3,3	59	12,5
Fumo, cigarros e charu - tos	-	-	1	0,2
Farmácias, drogarias, " perfumarias	1	0,6	9	2,0
Tecidos, roupas, calça - dos, armarinhos	1	0,6	52	11,0
Máquinas, veículos, aces- sórios	-	-	4	0,8
Ferragens, louças e mate- rial de construção	1	0,6	2	0,4
Livrarias e papelarias	1	0,6	1	0,2
Combustíveis, lubrifican- tes e postos de gasolina	4	2,9	4	0,8
Óticas, fotos, joalhe - rias e relojoarias	1	0,6	1	0,2
Material de couro, pele" e borracha	-	-	5	1,0
Diversões não classifica- das	5	3,3	39	8,5
TOTAL	148	100,0	471	100,0

Fonte: IPEI/MA.

TABELA 9

Número de estabelecimentos por principais ramos de atividades nos municípios
- 1972

Estabelecimentos	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total	%	Total	%
Agências funerárias e cemitérios	1	4,7	2	4,0
Associações de classe, sindicatos, federações	-	-	6	12,2
Bibliotecas	-	-	1	2,0
Casas de saúde, repouso, inclusive clínicas	1	4,7	1	2,0
Clubes e associações recreativas	1	4,7	8	16,3
Conventos, mosteiros e sociedades religiosas	4	19,0	7	14,6
Distribuição de energia elétrica	1	4,7	1	2,0
Empresas radiotelegráficas e radiotelefônicas	1	4,7	5	10,6
Empresas rodoviárias	2	9,5	3	6,1
Escritórios de registros diversos e processamento de dados	2	9,5	4	8,1
Estabelecimentos bancários	1	4,7	2	4,0
Estações de rádio	1	4,7	1	2,0
Hospitais	1	4,7	2	4,0
Hotéis e similares	3	15,0	4	8,1
Maternidades	1	4,7	1	2,0
Postos de saúde e vacinação	1	4,7	1	2,0
T O T A L	21	100,0	49	100,0

Fonte: IPEI/MA.

TABELA 10

Valor da receita arrecadada nos municípios - 1971 - 1973

Ano	CAROLINA	IMPERATRIZ
	T o t a l (Cr\$)	T o t a l (Cr\$)
1 9 7 1	162.122,	170.544,
1 9 7 2	126.724,	284.043,
1 9 7 3	128.560,	667.251,

Fonte: ETAM/MA.

TABELA 11

Valor da despesa dos municípios - 1971 a 1973

Ano	CAROLINA	IMPERATRIZ
	T o t a l (Cr\$)	T o t a l (Cr\$)
1 9 7 1	744.737	2.069.077
1 9 7 2	859.393	2.824.745
1 9 7 3	1.044.643	639.961

Fonte: ETAM/MA.

TABELA 12

Unidades escolares de ensino primário segundo dependência administrativa e localização nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1973

Especificação	Carolina	Imperatriz
Dependência administrativa:		
Federal	-	-
Estadual	2	3
Municipal	40	66
Particular	21	22
T O T A L	63	91
Localização:		
Zona Urbana	20	30
Zona Rural	43	61
T O T A L	63	91

Fonte: MEC - Secretaria Geral
 Programa Nacional da Carta Escolar
 Levantamento Escolar de 1973

TABELA 13

Número de habitantes e fontes de recreação e cultura nos municípios de Ca
rolina e Imperatriz - 1972

Fontes de Recreação	Número de habitantes	
	Carolina	Imperatriz
Bibliotecas	14.805	83.630
Cinemas e Teatros	29.610	83.630
Clubes e associações recreati <u>va</u> s	29.610	83.630
Empresas jornalísticas	29.610	83.630
Estações de rádio	29.610	83.630

Fonte: IPEI/MA.

TABELA 14

Bibliotecas em funcionamento e número de leitores segundo a dependência administrativa nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972

T I P O	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	número de bibliotecas	número de leitores	número de bibliotecas	número de leitores
Pública	1	14.805	1	83.630

Fonte: FIBGE

TABELA 15

Número de profissionais de nível superior nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1 9 7 2

Profissionais	N Ú M E R O	
	Carolina	Imperatriz
Advogado	2	8
Agronomo	2	1
Construtor licenciado	1	1
Dentista	2	2
Engenheiro	-	6
Farmacêutico	4	3
Médico	5	16
Veterinário	1	1

Fonte: FIBGE

TABELA 16

Número de habitantes por profissional de nível superior nos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972

Profissionais	Número de habitantes	
	Carolina	Imperatriz
Advogado	14.805	10.403
Agrônomo	14.805	83.630
Construtor licenciado	29.610	83.630
Dentista	14.805	41.815
Engenheiro	-	13.938
Farmacêutico	7.402	27.876
Médico	5.922	5.226
Veterinário	29.610	83.630

Fonte: FIBGE

TABELA 17

Nível Sócio - Econômico dos Informantes

C L A S S I F I C A Ç Ã O	P o n t o s	Classe Social	Carolina		Imperatriz	
			N	%	N	%
	De 6 a 9	Baixa Inferior	6	30	10	20
	De 10 a 15	Baixa Superior	14	70	40	80
	De 16 a 21	Média Inferior	-	-	-	-
	De 22 a 27	Média Superior	-	-	-	-
	De 28 a 30	Alta	-	-	-	-
T O T A L			20	100	50	100

TABELA 18

Formação Profissional dos Informantes

C L A S S I F I C A Ç Ã O	P o n t o s	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Carolina		Imperatriz	
			N	%	N	%
	De 0 a 4	Sem formação	13	65	9	18
	De 5 a 9	Com formação es pecífica de 2º				
		Grau	7	35	36	72
	De 10 a 12	Com formação su perior	-	-	5	10
	T O T A L		20	100	50	100

TABELA 19

Situação Profissional dos Informantes

C L A S S I F I C A Ç A O	P o n t o s	SITUAÇÃO PROFISSIONAL	Carolina		Imperatriz	
			N	%	N	%
	De 0 a 5	Sem experiência	-	-	-	-
	De 6 a 10	Menor experiên- cia	19	95	40	80
	De 11 a 15	Maior experiên- cia	1	5	10	20
	T O T A L		20	100	50	100

TABELA 20

Desempenho Profissional dos Informantes

C L A S S I F I C A Ç Ã O	P o n t o s	DESEMPENHO PROFISSIONAL	Carolina		Imperatriz	
			N	%	N	%
	De 0 a 23	Deficiente	-	-	-	-
	De 24 a 47	Suficiente	20	100	49	98
	De 48 a 69	Excelente	-	-	1	2
T O T A L			20	100	50	100

ANEXOS

ANEXO 1

QUADRO DE REFERÊNCIA INSTRUMENTAL

QUESTIONÁRIO:

Local:

Data :

Estimado Professor,

Nosso propósito é coletar dados para um trabalho científico.

Para responder ao questionário, observe as convenções:

- 1 - Se a pergunta for seguida de várias alternativas, assinale com um "X" apenas a resposta que corresponda melhor a sua situação;
- 2 - caso não saiba a resposta escreva "não sei";
- 3 - quando um item não se aplicar ao seu caso escreva "não se aplica".

Da objetividade, clareza e precisão de suas respostas dependerá o êxito de nosso trabalho.

Responda com tranquilidade, pois não há limite de tempo.

Muito obrigada pela colaboração.

1 PARTE

INSTRUÇÕES

Só responda ao questionário após ler atentamente às instruções quanto à:

PARTE - B : Caracterização sócio-econômica.

Pergunta nº 1 e 2 - Indique a ocupação de seu pai, responsável ou cônjuge, mesmo que esteja aposentado ou desempregado no momento. Se for operário, funcionário, comerciante, etc., diga qual o serviço que faz na fábrica, na repartição, ou emprego onde trabalha; se for comerciante ou industrial, diga qual o ramo de negócio; se for agricultor, diga se é sitiante, fazendeiro, moeiro ou empregado; se for professor diga se é professor primário, secundário ou universitário.

No caso de pai ou cônjuge falecido, descreva a ocupação do chefe da família; não responda esta pergunta se o chefe da família for você.

Pergunta nº 3 - Indique a ocupação de sua mãe, mesmo que esteja aposentada ou desempregada no momento, dando uma idéia clara do que ela faz ou fazia. Se ela não possui nenhuma das ocupações citadas nas perguntas nº 1 e 2 indique uma das alternativas:

- unicamente dona de casa
- ajuda em negócio ou propriedade da família
- trabalha em casa, fazendo serviços para fora.

No caso de sua mãe ter falecido responda a pergunta descrevendo a ocupação da pessoa que está no seu lugar.

A - DADOS GERAIS

1. ESCOLA ONDE LECIONA:

2. SÉRIE:

3. TURNO:

4. ESTADO CIVIL

SOLTEIRA

CASADA

DESQUITADA

SEPARADA

UNIÃO CONSEN

SUAL

5. IDADE EM ANOS:

6. LOCAL DE NASCIMENTO:

(cidade, estado, país)

B - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

1. OCUPAÇÃO DO PAI:

2. OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE:

3. OCUPAÇÃO DA MÃE:

4. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PAIS E DO CÔNJUGE:

	PAI	MÃE	CÔNJUGE
ANALFABETO			
LÊ, ESCRIVE, MAS NUNCA FOI A ESCOLA			
PRIMÁRIO COMPLETO			
PRIMÁRIO INCOMPLETO			
GINASIAL INCOMPLETO			
GINASIAL COMPLETO			
COLEGIAL COMPLETO			
COLEGIAL INCOMPLETO			
SUPERIOR INCOMPLETO			
SUPERIOR COMPLETO			
NÃO SABE INFORMAR			

5. VOCÊ MORA EM:

Quarto	<u>I</u> <u>I</u>
Hotel ou pensão	<u>I</u> <u>I</u>
Casa alugada	<u>I</u> <u>I</u>
Casa própria	<u>I</u> <u>I</u>
Outro lugar	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

6. PAREDES DE SUA CASA:

Palha	<u>I</u> <u>I</u>
Taipa	<u>I</u> <u>I</u>
Adôbo c/revestimento	<u>I</u> <u>I</u>
Adôbo s/revestimento	<u>I</u> <u>I</u>
Madeira	<u>I</u> <u>I</u>
Tijolos c/revestimento	<u>I</u> <u>I</u>
Tijolos s/revestimento	<u>I</u> <u>I</u>
Outro material	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

7. PISO DE SUA CASA:

Chão batido	<u>I</u> <u>I</u>
Tijolo	<u>I</u> <u>I</u>
Cimento	<u>I</u> <u>I</u>
Taco ou soalho	<u>I</u> <u>I</u>
Mosaico	<u>I</u> <u>I</u>
Outro material	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

8. COBERTURA DE SUA CASA:

Palha	<u>I</u> <u>I</u>
Madeira	<u>I</u> <u>I</u>
Zinco	<u>I</u> <u>I</u>
Telha	<u>I</u> <u>I</u>
Laje	<u>I</u> <u>I</u>
Outro material	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?	

9. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Poço	<u>I</u> <u>I</u>
Rio	<u>I</u> <u>I</u>
Cacimba	<u>I</u> <u>I</u>
Água encanada	<u>I</u> <u>I</u>
Bica	<u>I</u> <u>I</u>
Não há água enca	
nada	<u>I</u> <u>I</u>

10. FORMA DE ILUMINAÇÃO

Lamparina	<u>I</u> <u>I</u>
Lampião a querosene	<u>I</u> <u>I</u>
Luz elétrica	<u>I</u> <u>I</u>
Outro material	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

11. COMBUSTÍVEL PARA COZINHA:

Lenha	<u>I</u> <u>I</u>
Carvão	<u>I</u> <u>I</u>
Querosene	<u>I</u> <u>I</u>
Gás	<u>I</u> <u>I</u>
Outro material	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

12. APARELHOS ELETRODOMÉIS

TECOS:

Geladeira	<u>I</u> <u>I</u>
Rádio	<u>I</u> <u>I</u>
Liquidificador	<u>I</u> <u>I</u>
Televisão	<u>I</u> <u>I</u>
Máquina de lavar	<u>I</u> <u>I</u>
Ventilador	<u>I</u> <u>I</u>
Ar condicionado	<u>I</u> <u>I</u>
Não há aparelhos	<u>I</u> <u>I</u>
Outros	<u>I</u> <u>I</u>
Quais?.....	

13. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Fossa	<u>I</u> <u>I</u>
Privada	<u>I</u> <u>I</u>
Banheiro completo	<u>I</u> <u>I</u>
Outro tipo	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

14. EMPREGADOS DOMÉSTICOS:

Existe	<u>I</u> <u>I</u>
Não há e nunca	
houve	<u>I</u> <u>I</u>
Não há, mas já	
houve	<u>I</u> <u>I</u>

15. TRANSPORTE UTILIZADO ENTRE SUA CASA E A ESCOLA

Particular	<u>I</u> <u>I</u>
Coletivo	<u>I</u> <u>I</u>
Ambos	<u>I</u> <u>I</u>
Não utiliza	<u>I</u> <u>I</u>
Outro tipo	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

16. RECEBE AJUDA MONETÁRIA DE SUA FAMÍLIA:

Sempre	<u>I</u> <u>I</u>
Não	<u>I</u> <u>I</u>
às vezes	<u>I</u> <u>I</u>

ANEXO II

QUADRO DE CODIFICAÇÃO DE
REFERÊNCIA INSTRUMENTAL

1 PARTE

FOLHA A

Número de questionários - 01
- 70 1.2

Municípios:

Carolina 1
Imperatriz 2 3

I - PARTE

A - DADOS GERAIS

1. Escola

Jerônimo Viveiros 1
Odolfo Medeiros 2
Mourão Rangel 3
Estado de Goiás 4
Governador Archer 5 5

2. Série:

1a série 1
2a série 2
3a série 3
4a série 4 6

3. Turno:

Matutino 1
Vespertino 2 7

4. Estado Civil:

Solteiro	1
Casado	2
Desquitado	3
Separado	4
União	5 <u>8</u>

5. Idade:

Anos:	20
	21
	50 <u>9,10</u>

6. Local de nascimento:

Maranhão	1
Ceará	2
Goiás	3
Pará	4
Paraíba	5
Pernambuco	6
Piauí	7
São Paulo	8 <u>11</u>

7. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA:

1. Nível ocupacional do pai:

Ocupações não qualificadas - nível 1	1
Ocupações de nível inferior- nível 2	2
Ocupação de nível médio - nível 3	3
Ocupações superiores - nível 4	4
Ocupações de alta renda - nível 5	5
Não tem ocupação	6
Sem resposta	7
N.S.A.	8 <u>12</u>

2. Nível ocupacional do cônjuge:

(repete 1)

Para solteiros - N.S.A. 13

3. Nível ocupacional da mãe:

(repete 1) 14

4. Nível de instrução:

4.1. Do pai:

Analfabeto	1
Lê mas não foi à escola	2
Primário	3
Médio	4
Superior	5 <u>15</u>

5. Da mãe:

(repete 4.1.) 16

6. Do cônjuge:

(repete 4.1.)

Para solteiros - N.S.A. 8 17

7. Acesso habitacional

5.1. (5) Propriedades

Não tem	0
Tem	1 <u>18</u>

5.2. (6) Construção das paredes:

Outras	0
Tijolos com revestimento	1 <u>19</u>

5.3. (7) Construção do piso:

Chão batido e cimento	0	
Outros	1	<u>20</u>

5.4. (8) Cobertura:

Outros	0	
Laje e telha	1	<u>21</u>

5.5. (11) Combustível para cozinha:

Querosene ou carvão	0	
Gás	1	<u>22</u>

5.6. (13) Instalação Sanitária:

Fossa e privada	0	
Banheiro completo	1	<u>23</u>

Índice de habitação	<u>24</u>
---------------------	-----------

6. (12) Índice de aparelhos eletro-domésticos:

6.1. Enceradeira	0	1	25
6.2. Ferro elétrico	0	1	26
6.3. Geladeira	0	1	27
6.4. Liquidificador	0	1	28
6.5. Máquina de costura	0	1	29
6.6. Máquina de lavar	0	1	30
6.7. Rádio	0	1	31
6.8. Ventilador	0	1	<u>32</u>
T O T A L			<u>33</u>

7. (14) Empregados domésticos:

Não tem e nunca teve	0	
Não tem e já teve	1	
Possui atualmente	2	<u>34</u>

8. (16) Recebe ajuda monetária:

Sempre	1	
Não	2	
Às vezes	3	<u>35</u>

9. (17) Presença de conta em bancos:

Possui	1	
Não tem e nunca teve	2	
Não tem mas já teve	3	<u>36</u>

10. (18) Possui outro emprego:

Possui	1	
Não possui e nunca pos-		
suiu	2	
Não possui mas já pos		
suiu	3	<u>37</u>

11. (19) Número de pessoas que compõe o grupo domés-
tico:

02
.
.
.
.
13 <u>38, 39</u>

II - PARTE

FORMAÇÃO COMO PROFISSIONAL DE ENSINO

1. Curso

1º grau completo	0	-	0
Pedagógico completo	1	-	1
Superior incompleto	2	-	2
Superior completo	3		
			<u>40</u>

2. (Para os que não tem superior) Pretendem fazer algum curso superior

Não	0	-	0
Sim	1	-	1
Já cursando	8	-	<u>41</u>

3. Motivo principal da escolha do curso superior:
(para os que cursam ou pretendem)

a)	1	-	0
b)	2	-	0
c)	3	-	1
d)	4	-	0
N.S.A.	8	-	<u>0</u>
			<u>42</u>

4. Motivo principal do curso 2º grau habilitação para o magistério:

a)	1	-	0
b)	2	-	1
c)	3	-	0
d)	4	-	0
e)	5	-	0
f)	6	-	1
			<u>43</u>

5. Caso lhe fosse possível iniciar novamente, você optaria:

a)	1	-	1
b)	2	-	0
c)	3	-	0
d)	4	-	0
			<u>44</u>

6. Opinião sobre os cursos de licenciatura de curta duração:

a)	1	-	1
b)	2	-	1
c)	3	-	1
			<u>45</u>

7. Cursos de aperfeiçoamento:

Antes de 1971	0	-	0
	1	-	
	2	-	1
	3		
	4	-	
	5	-	2
	6		
			<u>46</u>

8. Curso de aperfeiçoamento:

De 1971 em diante	0	-	0
	1		
	2	-	1
	3		
	4		
	5	-	2
	6		
			<u>47</u>

III - PARTE

SITUAÇÃO COMO PROFISSIONAL DE ENSINO

1. Você leciona em:

Um turno	1	-	1
Dois turnos	2	-	2
Três turnos	3	-	5
			<u>48</u>

2. Você é professor:

Efetivo	1	-	3
Interino	2	-	2
Contratado	3	-	1
			<u>49</u>

3. Você conseguiu seu emprego:

Através de concurso	1	-	2
Indicação política	2	-	1
Um amigo ou parente	3	-	1
Escola onde se formou	4	-	1
Escola onde trabalha	5	-	1
			<u>50</u>

4. Além de lecionar exerce outra função na Escola:

Sim	1	-	0
Não	0	-	1
			<u>51</u>

6. Experiência como profissional:

6.1. Anos de experiência no magistério de 1º grau-primário:

1974	-	1 ano	01	
1973	-	2 anos	02	1
1972	-	3 anos	03	
1971	-	4 anos	04	
1970	-	5 anos	05	2
1969	-	6 anos	06	
1968	-	7 anos	07	
1967	-	8 anos	08	3
1966	-	9 anos	09	
1965	-	10 anos	10	
1960 a 1964	-	10 a 15 anos	11	4
Antes de 60	-	15 ou mais anos	12	
				<u>52,53</u>

6.2. - Anos de experiência no magistério de 1º grau - ginásio

Não tem experiência	0	-	0
73 e 74 - 1 F- 3 anos	1		
71 e 72 - 3 F- 5 anos	2	-	1
Antes de 71 - 5 ou mais anos			
	3		
			54

6.3. - Experiência de 2º grau:

Não	0	-	0
Sim	1	-	1
			55

FOLHA - B

Desempenho como profissional de ensino

Nº do questionário	01	
	70	<u>1,</u>

Município:

Carolina	1	
Imperatriz	2	<u>3</u>

1. Técnicas de ensino utilizadas

, 1.1. Você utiliza

a) Exposição

Não usa	0	
1 vez ao ano	1	- 0
1 vez por mês	2	
1 vez por semana	3	- 1
Mais de 1 vez por semana	4	- <u>5</u>

b) Painei

(mesmo de a)	0	
	1	<u>6</u>

c) Seminário

(mesmo de a)	0	
	1	<u>7</u>

d) Pesquisa bibliográfica

(mesmo de a)	0	
	1	- <u>8</u>

e) Estudo dirigido	0	
(mesmo de a)	1	<u>- 9</u>
f) Estudo de texto		
(mesmo de a)	0	
	1	<u>- 10</u>
g) Estudo em grupo		
(mesmo de a)	0	
	1	<u>- 11</u>
h) Dramatização		
(mesmo de a)	0	
	1	<u>- 12</u>
i) Ensino programado		
(mesmo de a)	0	
	1	<u>- 13</u>
j) Uso do dicionário	0	
(mesmo de a)	1	<u>- 14</u>
1.2. Você encara o rendimento escolar do aluno como:		
a) retenção dos conhecimentos ministrados		
Não	0	- 0
Sim	1	- 1
		<u>15</u>
b) aquisição de novos valores		
Não	0	- 0
Sim	1	- 1
		<u>16</u>

c) Desenvolvimento da iniciativa

Não	0	-	0
Sim	1	-	1

d) Grau de adaptação à escola

Não	0	-	0
Sim	1	-	1

18

1.3. Meios de avaliação utilizados

	<u>Usa</u>	<u>Não usa</u>	
a) Prova	1	0	<u>19</u>
b) Teste	1	0	<u>20</u>
c) Sabatina	1	0	<u>21</u>
d) Trabalhos individuais	1	0	<u>22</u>
e) Trabalho em grupo	1	0	<u>23</u>
f) Conversa com alunos	1	0	<u>24</u>
g) observação do comporta mento do aluno	1		<u>25</u>

1.6. Você indica um livro texto para seus alunos:

Não	0	-	0
Sim	1	-	1
			<u>26</u>

1.7. Este livro texto:

foi adotado apenas este ano	1	-	0
já foi utilizado em anos anteriores	2	-	1
			<u>27</u>

1.8. Você utiliza outros livros na preparação de suas aulas

Não	0	-	0
Sim	1	-	1
			<u>28</u>

2. Posição frente à estrutura da escola

2.1. Com qual das frases abaixo você concorda:

OBS: Não concordando - (I) a)	1	-	0
b)	2	-	0
c)	3	-	0
			<u>29</u>

2.2. Quando você não concorda...

a)	1	-	1
b)	2	-	0
c)	3	-	0
			<u>30</u>

2.3. Fator que mais dificultado tem o trabalho na escola:

a) Falta de cooperação das pais	01	-	1
b) Classe heterogênea	02	-	1
c) Falta de material didático	03	-	1
d) Péssima remuneração	04	-	11
e) Classe com grande nº de alunos	05	-	11
f) Falta de integração entre as séries	06	-	11
g) Péssimo comportamento dos alunos	07	-	1
h) Falta de pessoal administrativo	08	-	1
i) Presença na classe de deficientes mentais	09	-	11
j) Falta de merenda escolar	10	-	1
l) Horário rígido de trabalho	11	-	1
m) Falta de uma Assistência Técnica	12	-	2
			<u>31, 32</u>

3. Valores pedagógicos:

3.1. Dê sua opinião nas alternativas.

	<u>Concordo</u>	<u>Incerto</u>	<u>Discordo</u>	
a)	0	0	1	<u>33</u>
b)	0	1	1	<u>34</u>
c)	1	0	0	<u>35</u>
d)	0	0	1	<u>36</u>
e)	0	0	1	<u>37</u>
f)	0	0	1	<u>38</u>
g)	0	0	1	<u>39</u>
h)	0	0	1	<u>40</u>
i)	1	1	3	<u>41</u>
j)	0	0	1	<u>42</u>
k)	0	1	1	<u>43</u>
l)	0	0	1	<u>44</u>
m)	1	1	0	<u>45</u>
n)	0	1	1	<u>46</u>
o)	0	0	1	<u>47</u>
p)	1	0	0	<u>48</u>
q)	1	1	0	<u>49</u>
r)	0	0	1	<u>50</u>
s)	0	0	1	<u>51</u>
t)	0	0	1	<u>52</u>
u)	0	1	1	<u>53</u>
v)	0	1	1	<u>54</u>
w)	1	1	0	<u>55</u>
x)	1	0	0	<u>56</u>
y)	1	0	0	<u>57</u>
z)	1	0	0	<u>58</u>

4. Utilização dos meios de comunicação de massa

4.1. Você costuma:

	0	1	2	
	Nunca	Raramente	Uma vez p/semana	Ligaria mente
Jornais	0	1	2	3
Cinema	0	1	2	3

5960

Televisão	0	1	2	3	<u>61</u>
Rádio	0	1	2	3	<u>62</u>
Revistas	0	1	2	3	<u>63</u>

Índice de uso de comunicação 64,65

4. Tipo de informações preferidas que procura nos meios' de comunicação:

a) 1.^a escolha (1a mais importante)

Culturais	1	-	3
Música	2	-	1
Novelas	3	-	1
Esportes	4	-	1
Noticiários	5	-	2
Políticas	6	-	1
Religiosas	7	-	1
Sociais	8	-	1
			<u>66</u>

b) 2.^a escolha

(mesmo código de a) 67

c) 3.^a escolha

(mesmo código de a) 68

4.3. Modo de utilizar a comunicação de massa:

a)	1	-	1
b)	2	-	1
c)	3	-	1
d)	Nenhuma	-	0
			<u>69</u>

17. POSSUI CONTA EM BANCOS:

Sim	<u>I</u>	<u>I</u>
Não tenho e nunca tive	<u>I</u>	<u>I</u>
Não tenho mas já tive	<u>I</u>	<u>I</u>

18. POSSUI OUTRO EMPREGO ALÉM DE PROFESSOR:

Sim	<u>I</u>	<u>I</u>
Não tenho e nunca tive	<u>I</u>	<u>I</u>
Não tenha mas já tive	<u>I</u>	<u>I</u>

19. NÚMERO DE PESSOAS DA SUA FAMÍLIA QUE MORAM COM
VOCÊ: I I

II - PARTE

FORMAÇÃO COMO PROFISSIONAL DE ENSINO

1 - CURSOS QUE POSSUI:

	CURTA DURA- ÇÃO	DURA- ÇÃO PLENA	TITU- LA- ÇÃO	ESCOLA OU FA- CULDA- DE	MUNICÍ- PIO	DATA DE TÉRMI- NO
Ginásio completo						
Pedagógico incompleto						
Pedagógico completo						
Superior incompleto						
Superior completo						

2 - VOCÊ PRETENDE FAZER ALGUM CURSO SUPERIOR (caso não esteja cursando ou já tenha cursado).

Sim I INão I I

3 - MOTIVO PRINCIPAL QUE O LEVOU A PRETENDER FAZER O CURSO SUPERIOR:

a) Vantagem financeira I Ib) Conselho de parentes ou amigos I Ic) Satisfação pessoal I Id) Porque existe faculdade no município I IOutro?..... I I

4 - MOTIVO PRINCIPAL QUE LEVOU A SE DICI DIR PELO
CURSO PEDAGÓGICO:

- a) Conselho de parentes ou amigos I I
 b) Satisfação pessoal I I
 c) Vantagem financeira I I
 d) Não possui recursos para frequentar outro I I
 e) Era o único que havia na cidade onde mora I I
 f) Já lecionava e precisava regularizar a I I
 situação de professor I I
 Outro:..... I I
 Qual?.....

5 - CASO LHE FOSSE POSSÍVEL INICIAR NOVAMENTO, VOCÊ '
OPTARIA:

- a) Pelo mesmo curso que fez ou está fazendo I I
 b) Por outro curso que lhe rendesse mais fi
 nanceiramente I I
 c) Por outro curso mais adaptado às suas'
 tendências I I
 d) Por outro curso que desse mais prestígio I I

6 - NA SUA OPINIÃO OS CURSOS DE LICENCIATURA DE CURTA
DURAÇÃO SÃO IMPORTANTES PORQUE:

- a) Prepara o profissional para atuar espe -
 cificamente no 1º grau I I
 b) Habilita o professor para lecionar em me
 nor tempo I I
 c) Soluciona um problema imediato, devendo'
 ser seguida pela licenciatura plena I I
 Outra:..... I I
 Qual?.....
 Nenhuma resposta I I

7 - CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO QUE POSSUI:

OBS: Anotar somente os cursos com duração superior a 40 horas.

Nº DE CURSOS	DURAÇÃO EM HORAS	ANO DA REALIZAÇÃO
1 a 3		
3 em diante		
Nenhum curso		

III - PARTE

SITUAÇÃO COMO PROFISSIONAL DE ENSINO

1. VOCÊ LECIONA EM:

Um turno	<u>I</u> <u>I</u>
Dois turnos	<u>I</u> <u>I</u>
Três turnos	<u>I</u> <u>I</u>

2. VOCÊ É PROFESSOR:

Efetivo	<u>I</u> <u>I</u>
Interino	<u>I</u> <u>I</u>
Contratado	<u>I</u> <u>I</u>
Outra situação	<u>I</u> <u>I</u>
Qual?.....	

3. VOCÊ CONSEGUIU SEU EMPREGO:

Através de concurso	<u>I</u> <u>I</u>
Por indicação de:	
Um político	<u>I</u> <u>I</u>
Um amigo de parente	<u>I</u> <u>I</u>
Pela Escola Normal onde se formou	<u>I</u> <u>I</u>
Procurado pela Escola onde trabalha	<u>I</u> <u>I</u>

4. ALÉM DE LECIONAR VOCÊ EXERCE OUTRA FUNÇÃO NA ESCOLA:

Sim	<u>I</u> <u>I</u>	Não	<u>I</u> <u>I</u>
-----	-------------------	-----	-------------------

5. EXPERIÊNCIA COMO PROFISSIONAL DE ENSINO:

C U R S O S	DATA DE INÍCIO
1º Grau - Primário	
1º Grau - Ginásio	
2º Grau	
Superior	

IV -PARTE

DESEMPENHO COMO PROFISSIONAL DE ENSINO:

1. TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS

1.1. - Você utiliza:

	Mais de 1 vez por se- mana	1 vez por se- mana	1 vez por mês	1 vez ao ano	Não usa
Exposição					
Painel					
Seminário					
Pesquisa Bibliográfica					
Estudo Dirigido					
Estudo de Texto					
Estudo em Grupo					
Dramatização					
Ensino Programado					
Uso do Dicionário					
Outra: _____					

1.2. - Você encara o rendimento escolar do aluno como:

	S I M	N Ã O
Retenção dos conhecimentos minis- trados		
Aquisição de novos valores		
Desenvolvimento da iniciativa		
Grau de adaptação à escola		
Outra:.....		
Nenhuma resposta		

1.3. - Meios de avaliação utilizados

	U S A	NÃO USA
Prova		
Teste		
Sabatina		
Trabalhos individuais		
Trabalho em grupo		
Conversa com alunos		
Observação do comportamento do aluno		
Outros.....		

1.4. - Conceito ou nota atribuída aos alunos no final do ano, refere-se:

à média do semestre	<u>I</u> <u>I</u>
à média do ano	<u>I</u> <u>I</u>
ao exame final	<u>I</u> <u>I</u>
à média mais o exame final	<u>I</u> <u>I</u>
Outro:.....	<u>I</u> <u>I</u>

1.5. - Este é um critério adotado:

pelo professor	<u>I</u> <u>I</u>
pela escola	<u>I</u> <u>I</u>
pela Secretaria de Educação	<u>I</u> <u>I</u>
Outro:.....	<u>I</u> <u>I</u>
Quem?.....	

1.6. - Você indica um livro texto para seus alunos:

Sim I I Não I I

1.7. - Este livro texto:

foi adotado apenas este ano I I
 já foi utilizado em anos anteriores I I

1.9. - Você utiliza outros livros na preparação de suas aulas além dos indicados aos seus alunos:

Sim I I Não I I

2 - POSIÇÃO FRENTE A ESTRUTURA DA ESCOLA

2.1. - Com qual das frases abaixo você concorda:

- a) Coloco-me num atitude de oposição à direção de minha escola, caso não concorde com a sua atuação I I
- b) De nada adianta apresentar meu ponto de vista, quando eu discordo da atuação da direção de minha escola I I
- c) Não necessito me preocupar com a situação da direção de minha escola porque é exercida por pessoa competente I I
- d) Não concordo com as alternativas I I
Qual?.....

2.2. - Quando você não concorda plenamente com uma ordem que lhe é transmitida:

- a) Procura a direção e coloca seu ponto de vista I I
- b) Não cumpre a ordem e espera que venha discutir-lá com você I I
- c) Obedece a ordem, pois de nada adiantaria discordar I I
- d) Qual alternativa:..... I I

2.3. - Na sua opinião, qual o fator que mais tem dificultado o seu trabalho na escola?

3 - VALORES PEDAGÓGICOS

3.1. - Dê sua opinião nas alternativas

	CONCORDO	INCERTO	DISCORDO
a) O professor nunca deve <u>con</u> fessar sua ignorância <u>so</u> bre uma questão diante dos alunos.			
b) Os padrões de trabalho <u>de</u> vem variar de acordo com as situações.			
c) Os alunos deveriam ter mais liberdade em suas <u>ati</u> vidades de aprendizagem.			
d) Uma boa motivação é fazer' crítica comparativa do <u>tra</u> balho de um aluno com o de outro.			
e) O professor nunca deve <u>dis</u> cutir problemas sexuais c/ os alunos.			
f) Atualmente há muita liber- dade na Escola, para os a- lunos.			
g) É preferível um aluno <u>tími</u> do a um aluno desinibido.			
h) O aluno deve aprender que o professor sabe mais do que ele.			
i) Jamais a liberdade na esco- la cria confusão.			
j) O professor deve ser rígi- do para com os alunos.			

	CONCORDO	INCERTO	DISCORDO
k) Os alunos na maioria não se interessam em aprender.			
l) Os professores devem ter - mais autoridade sobre os alunos do que na realidade têm.			
m) A maioria dos alunos tem - muita iniciativa quando se lhes dá liberdade.			
n) Tem-se dado muito valor às notas.			
o) Os problemas de disciplina' devem ser a grande preocupação dos professores.			
p) Os professores devem tomar conhecimento das condições' familiares dos alunos.			
q) Se um aluno falar ou se <u>le</u> vantar durante a aula deve' sempre pedir permissão ao professor.			
r) Às crianças deve ser ensina <u>do</u> exatamente <u>o</u> <u>que</u> fazer e <u>como</u> fazer.			
s) O professor não deve trabalhar além do que lhe é im - posto por sua remuneração.			
t) A juventude de hoje é muito leviana.			
u) A nota é um processo útil ' e de valor porque acusa com <u>petição</u> .			

- v) Os regulamentos de classe devem ser considerados invioláveis.
- w) Geralmente a falta de interesse dos alunos é causada pela dificuldade das matérias.
- x) Os professores podem errar - tanto quanto os alunos.
- y) A juventude de hoje é tão boa quanto as das gerações passadas.
- z) Para avaliar o aluno leva-se em conta tanto o esforço como o coleguismo.

CONCORDO	INCERTO	DISCORDO

4 - UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA:

4.1. Você costuma

- Ler jornais
- Ir ao cinema
- Ver televisão
- Ouvir rádio
- Ler revistas

DIARIAMENTE	UMA VEZ POR SEMANA	RARAMENTE	NUNCA

4.2. - Marque três tipos de informações mais importantes que você procura nestes meios de comunicação:

Culturais (Música erudita, rádio, TV-Educativa e outros

I I

Música em geral

I I

Novelas

I I

Esportes

I I

Noticiários

I I

Políticas

I I

Religiosas

I I

Sociais

I I

4.3. - Modo como você utiliza a comunicação de massa (rádio, jornal, TV, revistas, etc.), no trabalho docente:

a) Procurando estar informado dos acontecimentos recentes, para qualquer eventualidade I I

b) Procurando levar os alunos a se informarem e analisarem os fatos apresentados pelos meios de comunicação. I I

c) Preparando os alunos para selecionarem os meios de comunicação e tipos de programas. I I

d) Nenhuma resposta. I I

Quais?.....

SUMMARY

This work is the consequence of a research made in 1974, in Maranhão, at the towns of Imperatriz and Carolina, including all the teachers of the four first series of the First Degree of the State's Official Network.

Such a research aimed at verifying the performance of the Teacher Engaged in Technical-Educational Assistance Plan, as well as the Not Engaged.

After the application of the Instrument that allowed to verify the variable — Teacher's Performance — its results have been reported, considering as independent variables:

- Formation as a Professional of Teaching,
- Situation as a Professional of Teaching,
- Social-economic level of the Teacher,
- Training Course (Technical Assistance Plan).

It is hoped that this Plan will provide information for new researches on this field, which will enable the start of Technical-Educational Assistance Plan in the other towns of the State, with greater chances of success.

In the Recommendation it is suggested to the coordinators of the Plan the establishment of Planning, Control and Observation mechanisms in order to enable a continuing process of Evaluation making possible the necessary modification to favor its gradual perfectioning.

B I B L I O G R A F I A

L I V R O S

01. ANDRADE, Narciso Veloso. Supervisão em Educação LTC/SA - MEC.
02. BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. V. 15.
03. BACKMAN, Carl & SECORD, Paul F. Aspectos psicossociais de educação. Rio de Janeiro, Zahar , 1971.
05. CERVO, L. A. & BERVIA, A. P. Metodologia científica. Rio de Janeiro, McGraw Hill, 1973.
06. CONDURÓ, Ruthe Pinheiro. A Documentação Normalizada. Belém, Curso de Biblioteconomia, 1961 43 p.
07. COUSINET, Roger. A Formação do educador e a pedagogia da aprendizagem. São Paulo, Nacional' 1974.

08. A CRISE DO ENSINO; coletânea de artigos da revista El Correo de la UNESCO, de abril de 1969 a janeiro de 1970. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
09. CUNNINGHAM, William Francis. Introdução à educação. 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1975.
10. DOTRENS, Robert. A Classe em ação. Lisboa, Estampa, 1974.
11. EBEL, R. L. et alii. Encyclopedia of educational research; 1423. 4 th. ed. London, Macmillan Company, 1969.
12. EBOLI, Maria Terezinha Moraes de Mello. O Professor de adultos; subsídios para uma formação adequada. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1974.
13. FANTOURA, Afro do Amaral. Didática Geral. 6. ed. Rio de Janeiro, 1970.
14. GAGE, N. E. Handbook of research teaching. Chicago, Rand MacNalby, 1963.
15. GONÇALVES, Romanda. Didática Geral. 8. ed. - São Paulo, Freitas Bastos, 1972.
16. GUSDORF, Georges. Professores para que? Lisboa, Moraes, 1970.
17. HIGHET, Gilbert. A Arte de ensinar. 3. ed. - São Paulo, Melhoramentos - s.d. -

18. HOZ, Victos Garcia. A Missão de educar. Porto, Civilização, 1969.
19. HYMAN, R. T. Teaching; vantage point for study. Filadelfia, J. B. Lippincot, 1968.
20. LEAL, Mário de A. P. Novo zoneamento do Estado do Maranhão, São Luís, SUDEMA, 1972.
21. LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e Mudança social. São Paulo, Nacional, 1968.
22. MARANHÃO, Secretaria de Educação et alii. Plano estadual de educação; Maranhão 1971/74. São Luís [s.d.] .
23. _____, Assessoria de Programação e Orçamento. Projeto de assistência técnica aos órgãos municipais de educação do sudoeste do Maranhão. São Luís, 1971.
24. MARQUES, Juracy C. Os Caminhos do professor, incerteza, inovações, desempenhos. Porto Alegre, Globo, UFRGS, 1975.
25. MORRISH, Ivor, Sociologia da educação; uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília INL, 1975.
26. PERROUX, Francois et alii. Sociologia do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

27. PIAGET, Jean et alii. Educar para o futuro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974.
28. PICKERING, George. O Desafio à educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
29. PLANO DE GOVERNO; Estado do Maranhão (1971/74) , Rio de Janeiro, Americana [s.d.].
30. PULLIAS, Earl V. & YOUNG, James Douglas. A Arte do magistério. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
31. SALVADOR, Ângelo Domingos. Iniciação ao ensino. Porto Alegre, Sulina, 1971.
32. SEARS, P. et alii. Effective reinforcement for achievement behavior in disadvantaged; the first year. Stanford, Stanford for Research and Development in teaching, 1972.
33. SMITH, B. O. Research in teacher education; a symposium. New Jersey, Prentice, Hall, 1971.
34. TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 3. ed. São Paulo, Nacional, 1971.
35. TRAVERS, R. M. W. Second handbook of research on teaching. Chicago, Rand MacNalby, 1973.

P E R I Ó D I C O S

36. CADERNOS DE PESQUISA [Cad.pesq.] São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.7, jun. 1973.

37. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS [R. bras. Est. pedag.] Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, v. 23, n. 57, fev. 1955; v.46, n.103, jul/set. 1966.
38. REVISTA AO ENSINO [R.Ens.] Porto Alegre, Tabajara, n. 32, 1955; n.45, 1975; n.62, 1959; n.74, 1961 ; n.97, 1963; n.133, 1971; n.140, 1972.

Tese apresentada aos Srs.:

Maria Julieta Costa Calazans

Newton Sucupira

Paulo Roberto de Mendonça Motta

Rio de Janeiro, ____/____/____

Coordenador Geral de Ensino

Coordenador Geral de Pesquisa